



Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 135.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinú, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quilse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem

Mensagem n.º 74/80

Curitiba, 05 de novembro de 1980.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que o anteprojeto de lei enviado a essa augusta Casa de Leis através da Mensagem n.º 44/80, datada de 24 de julho de 1980, seja substituído pelo que ora encaminho.

Os motivos pelos quais formulo a presente solicitação são os detalhadamente contidos na anexa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 2364, de 3 de novembro de 1980, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 260, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 260 - Fica assegurado à viúva e aos filhos do servidor estadual, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo

órgão previdenciário, o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I - correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e a 60% (sessenta por cento) da remuneração do mês anterior ao falecimento, quando este ocorrer com o funcionário em atividade; ou

II - correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao do falecimento do funcionário, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço, não devendo, a soma desta pensão com a deferida pelo órgão previdenciário, ultrapassar a 100% (cem por cento) da remuneração.”

Art. 2.º — Fica assegurado à viúva e aos filhos de integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I - correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e a 60% (sessenta por cento) do vencimento do mês anterior ao do falecimento, quando este ocorrer com o policial militar em atividade; ou

II - correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do mês anterior ao do falecimento do policial militar, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço, não devendo, a soma desta pensão com a deferida pelo órgão previdenciário, ultrapassar a 100% (cem por cento) do vencimento.

§ 1.º — A Pensão que acompanhará os aumentos gerais de vencimentos, será paga:

- a) metade à viúva do policial militar;
- b) metade aos filhos varões, até atingirem a maioridade e sem limite de idade desde que sofram de moléstia que os impossibilite de trabalhar e às filhas solteiras ainda que maiores.

§ 2.º — Perderão o direito à pensão prevista neste artigo a viúva do policial militar que contrair novas núpcias, os filhos e filhas que se casarem e os filhos que atingirem a maioridade ou possuam recursos próprios para sua subsistência.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei n.º 5.898, de 23 de dezembro de 1968, alterada pela Lei n.º 5.981, de 04 de agosto de 1969, no que colidir com as disposições desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente,

Esta Presidência submete à apreciação do Plenário, a indicação que faz dos Deputados desta Casa, PAULO CAMARGO, AIRTON CORDEIRO e NELTON FRIEDRICH, para formarem a Comissão de Reforma do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEES.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.º 60/80, de autoria da Comissão Executiva, que regulamenta

o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado.
Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Câmara Municipal de Conselheiro Mairinck - Pr, votos de profundo pesar pelo recente falecimento da Vereadora Maria José de Oliveira.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que, a Vereadora Maria José de Oliveira, foi uma das pioneiras na fundação e desenvolvimento da Cidade de Conselheiro Mairinck-Pr.

Com o seu falecimento, a família mairinquinense perde uma eminente política; que muito lutou para o desenvolvimento e progresso da comunidade mairinquinense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, um apelo no sentido de ser atribuída à Rodovia BR-476, trecho Curitiba - União da Vitória, a denominação "DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA", em homenagem a esse ilustre homem de nosso Estado, falecido recentemente.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Vereador em União da Vitória pelo PTB de 1946 a 1951, neste mandato exerceu a Presidência da Câmara Municipal; de 1951 a 1954 foi Prefeito Municipal da mesma cidade, eleito pelo PTB; de 1954 a 1958, foi eleito Deputado Estadual pelo mesmo partido, ocupando neste mandato os cargos de 2.º Secretário (1955/1956) e 4.º Secretário (1957/1958) da Assembléia Legislativa; reeleito Deputado Estadual de 1959 a 1963, pelo mesmo PTB. De dezembro de 1963 a janeiro de 1969, foi novamente eleito Prefeito de União da Vitória, eleito sempre pelo PTB - De 1970 a 1974, novamente eleito Deputado Estadual desta vez pelo MDB, em virtude da extinção dos antigos partidos pela Revolução de 64, ocupando o cargo de 3.º Secretário. Em 1974 novamente reeleito Deputado com 20.725 votos, tendo como principal base eleitoral a região de União da Vitória. De 1972 a 1976, acumulou o cargo de Vice-Prefeito de União da Vitória, também pelo MDB. Em 1946 fundou e presidiu o PTB de União da Vitória, ocupando no Diretório Regional do Partido, os cargos de Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente.

Presidente do MDB de União da Vitória. No Diretório Regional do MDB do Paraná, ocupou os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro e Líder na Assembléia.

Membro da Associação Brasileira dos Municípios de 1952 a 1954; Presidente da Associação Paranaense dos Municípios (1966) e Secretário Geral da mesma Associação (1967); Presidente da Comissão Paroquial da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória durante 21 anos; Fundador e atual Vice-Presidente do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida de União da Vitória; Presidente do Orfanato Imaculado Coração de Maria de União da Vitória; Fundador e atual membro da diretoria do Asilo São Vicente de Paula de União da Vitória; Presidente da Associação Comercial e Presidente do Aéreo Clube da mesma cidade; Presidente do Avahy Esporte Clube e Presidente do Conselho Diretor Deli-

berativo do FERROVIÁRIO ESPORTE CLUBE de União da Vitória.

Vemos aí um "curriculum" dos mais importantes e que bem justifica o presente apelo como reconhecimento a um passado político e humanitário, cuja memória deve ser perpetuada no nome do saudoso ex-Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, nosso companheiro de Parlamento, cuja atuação parlamentar muito honrou o Poder Legislativo paranaense tanto como Deputado, como integrante da Comissão Executiva nas funções de 2.º Secretário da Casa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Senhores:

1. Presidente da República;
2. Vice-Presidente da República e Presidente da Comissão Nacional de Energia;
3. Ministro das Minas e Energia;
4. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo;
5. Presidente da Petrobrás;
6. Demais autoridades ligadas ao setor de Combustíveis, consubstanciando sugestões no sentido de que sejam tomadas as seguintes medidas destinadas a aliviar os pesados encargos que se abatem sobre as classes de menor rendimento.

- a) congelamento dos preços do álcool;
- b) sustação das exportações de álcool;
- c) congelamento das exportações de gasolina;
- d) zoneamento da produção de combustíveis de origem agrícola, como forma de não interferir no abastecimento de gêneros alimentícios.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem em mente aliviar a população paranaense e brasileira dos angustiantes encargos a que têm sido submetidas no corrente ano, com altas indiscriminação nos preços dos combustíveis e dos gêneros alimentícios.

O Governo brasileiro que se omitiu desde 1973 até 1979, quando a crise do petróleo obrigou a redimensionar todas as economias dependentes dos combustíveis derivados desse produto, vem agora infligindo pesadas medidas aos consumidores brasileiros diretos e indiretos.

Em curtíssimo tempo, sucessivas medidas de impostos e taxas elevaram os preços internos justamente num período em que os preços internacionais se elevaram geometricamente.

Não se pode, ainda, precisar quais foram as causas reais da demora de medidas na área dos combustíveis: se os compromissos com as multinacionais e os contratos de fisco, se o avanço da comercialização da Petrobrás e o deslumbramento dos seus tecnocratas em operar na área internacional, com a prospecção e a reserva de áreas para explorações.

Seria muito fácil falar em incompetência, em inoperância, quando a verdade é que a própria política dos grupos internacionais enquistados em nossa máquina estatal é que força e leva a desvios, no interesse desses grupos e com a propina para seus agentes brasileiros.

Tardiamente despertados para o clamor nacional, os tecnocratas e os políticos clientelistas resolveram gravar os combustíveis para pagar seu programa de combustíveis. Resolveram gravar ainda mais o povo, direta e indiretamente, numa época de crise, para resolver a crise. Cuidar do remendo à política econômica com o agravamento da crise social.

E então chegamos ao absurdo do "consumo seletivo", do falso consumo seletivo, impondo-se preços elevadíssimos aos

combustíveis como se o seu uso fosse luxo ou apenas lazer das camadas privilegiadas da população.

É a mostra do desgoverno em que nos encontramos.

O Plano Nacional do Alcool, concebido em 1975 e que até 1979 não saiu do papel, mas propiciou os acertos e manobras para que as grandes empresas e os grupos detentores do poder burocrático escolhessem a forma e o local dos investimentos, para entrarem na grande corrida monopolista.

E o resultado aí está: para contar uma produção prevista de 10 bilhões e 700 milhões de litros de álcool — aproximadamente 10% das necessidades de petróleo na data, o Programa Nacional do Alcool já consumiu mais de 10 bilhões de cruzeiros de financiamentos, para pouco mais de 200 empresas.

E ainda estamos definindo áreas e produtos para o programa. As alternativas estão sendo debatidas, o que leva ao dilema: plantar para comer, ou plantar para rodar, para queimar.

Esta situação é hoje insustentável. E nenhum brasileiro consciente pode continuar aceitando essa ambigüidade sobre suas necessidades essenciais e o programa energético.

É urgente que o Governo adote medidas racionais e muito claras. É imperioso que saibamos o que será feito por este Governo provisório, que ameaça deixar atrás de si a ruína nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelos 20 anos de promulgação da Lei 3.820, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

Além de engrandecer a Classe Farmacêutica a referida lei veio proporcionar melhores condições para o desenvolvimento da mesma, em amplos aspectos.

Outrossim, aprovado este dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Regional de Farmácia — CRF-9.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvida a Casa, que seja encaminhado pedido à Direção Regional da Rede Ferroviária Federal no sentido da restauração do serviço de passageiros, por ora suspenso, de Cianorte para regiões vizinhas.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Todo o povo brasileiro está cômico da premente necessidade em proceder a uma drástica economia de combustíveis. Os custos, cada vez mais elevados, do grande volume de petróleo; anualmente importado, conduziram o País ao desequilíbrio da sua balança comercial. Estima-se que, para 1980, o déficit da balança comercial ultrapassará a casa dos 3 bilhões de dólares, em quanto o serviço da inquietante dívida externa, já beirando os 60 bilhões de dólares, nos sangrará em cerca de 14 bilhões de dólares.

Um dos meios mais racionais, na política de economia de combustíveis, é, sem dúvida, o estímulo ao transporte coletivo, e sistema ferroviário é o mais recomendável, porque de custo incomparavelmente menor do que o rodoviário. Daí a estupefação geral diante da inesperada e prejudicial suspensão, pela Rede Ferroviária Federal, do serviço de passageiros entre a cidade de Cianorte e as regiões vizinhas, justamente no momento em que tal sistema de transporte coletivo deveria ser mais intensificado, com vistas aos interesses nacionais.

O presente requerimento tem o respaldo da sua oportu-

nidade, em vista da crítica situação econômica brasileira, e em vista de satisfazer gritante necessidade de uma população com mais de cem mil habitantes.

Não existe impedimento legal de qualquer natureza para que seja encaminhado à direção regional da R.F.F. o pedido de restauração da linha de passageiros em Cianorte, o que nos leva a acreditar em sua unânime aprovação, por dizer tão de perto aos interesses de uma zona altamente populosa, e que contribui, com elevada porcentagem de trabalho, para a grandeza econômica do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício para voto de congratulação à Emissora de Rádio Operando em FM — São Francisco de Assis, em função da sua recente inauguração, em Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio FM SÃO FRANCISCO DE ASSIS, entra no ar com uma excelente programação, e conquista a audiência local e vem recebendo elogios da população de Umuarama e região.

Assim sendo, torna-se mais um meio de comunicação em atividade, levando e divulgando à população a música popular brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Governador Ney Braga e ao Secretário das Finanças, Edson Guimarães, no sentido de que seja implantada a dilação do prazo para pagamento de ICM do mês de dezembro.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Em função do crescimento inflacionário e da conseqüente descapitalização do consumidor, o comércio varejista prevê uma entrada de numerário bastante reduzida no mês de dezembro, em relação aos anos anteriores. Com a dilação do prazo já foi adotada em anos anteriores, reivindicamos que tal decisão seja tomada também este ano, beneficiando a classe e sem ônus para o Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Otávio Rainho, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no Rio de Janeiro, renovando nosso apelo verbal, por ocasião de sua última visita à Paranaguá, oportunidade em que, em consonância com o Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café, reivindicamos que o café para consumo interno, destinado a outros Estados, fosse remetido através do Porto de Paranaguá.

Nosso apelo encontra ampla justificativa, se considerarmos que tal medida viria proporcionar mão-de-obra aos ensacadores e carregadores daquele porto, amenizando, pelo menos parcialmente, uma fase difícil e angustiante que atravessam os portuários de Paranaguá em virtude da escassez de serviços motivada por circunstâncias diversas e que vem agravando consideravelmente o problema social daquela cidade.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Sr. Luiz Braz, Presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Paranaguá, sito

à Avenida Gabriel de Lara n.º 540.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.980

a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, o abaixo-assinado em anexo, dos moradores do "Jardim Social", da cidade de Prudentópolis, neste Estado.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 162/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade Pública o HOSPITAL E MATERNIDADE "ANITA CANET", com sede em Conselheiro Mairinck—Pr. e foro na Comarca de Ibaíti—Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1.980

a) Palácios.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo de assistência social, e filantropia, e assistência médica, junto à Comunidade de Conselheiro Mairinck—Pr., granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 010/80, de 12 de agosto de 1.980, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente processo, comprovam estarem cumpridas as exigências legais, para que haja o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que temos certeza que contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Assembléia já tem se manifestado por alguns dos Srs. Deputados a respeito do problema do funcionamento do comércio em Curitiba, que pretende ser livre.

À primeira vista, Sr. Presidente, pode parecer invasão de competência de alguns Srs. Deputados e por parte deste Poder, no problema relativo ao funcionamento comercial de Curitiba.

Entretanto, Sr. Presidente, não ocorre esta hipótese, tendo em vista que se trata de alteração do horário de trabalho do comerciário curitibano. E seria odioso se a Assembléia Legislativa como um dos Poderes constituídos do Estado, também não viesse trazer através de alguns dos seus componentes a participação na idéia de que deve ser preservado o sistema vigente até esta data.

O que é de estranhar, Sr. Presidente, é que existe ainda no Brasil, legisladores que buscam a todo o vapor aumentar a carga horária de trabalho do comércio e de outros setores da atividade econômica.

A esta altura da defasagem salarial, a esta altura do baixo

nível de rendas, quando o trabalhador, está sofrendo um achatamento, um esmagamento da sua carga horária e da sua remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado.

E o que é estranhável é que os Vereadores de Curitiba, com todo o respeito que merecem deste Deputado, não tenham tido a visão adequada para este grande problema de natureza social e colocar-se na hipótese de que alguns estabelecimentos de grande porte poderiam prejudicar o comércio dentro da cidade.

Isto é absolutamente insustentável, porque não é em função do poder econômico que deve gravitar o direito dos trabalhadores. E no nosso entender seria oportuníssimo que toda a classe política, principalmente do Parlamento Estadual se manifestasse contrariamente à alteração da carga horária de trabalho.

Se houve, uma conquista em todo este percurso de tempo fixando-se o "sábado inglês ou sábado com trabalho até o meio dia, não seria de voltar agora a esse estágio de desenvolvimento, a necessidade de alterar esse esquema, só para beneficiar alguns pretenciosos comerciantes que buscam, nas costas do prestador de serviços, um lucro maior do que aquele que vem tendo, ou melhor, uma compensação do prejuízo que o próprio Governo impõe através da carga tributária, através da inflação.

Isto é um problema de regime, de estrutura, de sistema de modelo econômico.

Por esta razão, Sr. Presidente, deixo aqui, para finalizar, um protesto veemente que é a grita do próprio comerciário curitibano.

Não podemos deixar passar mais esta vez no vazio, na surdez, na convivência, esta perda que foi uma conquista do comerciário no longo dos tempos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O relacionamento entre o Governo Estadual e o empresariado sempre foi em alto nível, no Paraná.

Ainda recentemente, o Governador Ney Braga reconheceu a importância do empresariado no desenvolvimento do Estado. Deixou claro, o Chefe do Executivo que existe um convívio salutar baseado na confiança e no respeito mútuo, estabelecido a partir do pressuposto claro de que empresários e governantes têm o mesmo objetivo e trabalham pelas mesmas causas: o bem comum, o aperfeiçoamento da sociedade, o desenvolvimento econômico e social equilibrado e justo do Paraná.

Por outro lado, nos últimos anos, e principalmente em 1.980, o comércio vem sofrendo sérios prejuízos em função de uma inflação que já chega à casa dos 90%.

A crise do petróleo e uma série de outros fatores fizeram com que o País mergulhasse numa quase recessão.

As conseqüências desse processo são sentidas na carne por toda a população brasileira, principalmente pelos assalariados e por aqueles que labutam no comércio.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos hoje para fazer desta tribuna um apelo para o qual acreditamos contar com o apoio global dos nobres Pares: reivindicamos ao Governador Ney Braga a dilação do prazo para pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias do mês de dezembro.

Como fomos informados, tal medida já foi adotada em outras ocasiões beneficiando aos empresários.

Estamos cientes dos compromissos que o Governo do Estado assumiu recentemente e que resultam em desencaixe

de recursos a curto prazo. Todavia, como uma das diretrizes do Governo Ney Braga está calcada no fortalecimento do diálogo entre as mais diversas classes, entre elas a empresarial, acreditamos não ser inoportuno apelar ao Chefe do Executivo paranaense, no sentido de que analise as reivindicações dos comerciantes que pedem o parcelamento do pagamento do ICM do mês de dezembro.

Como é sabido, este mês tradicionalmente apresenta um bom volume de vendas para o comércio em geral. Ocorre que com a diminuição do poder aquisitivo dos compradores, principalmente em função do fenômeno inflacionário, deverá ocorrer este ano uma menor entrada de numerário. O apelo que fazemos hoje, através desta Assembléia, também está calcado em diversas manifestações de entidades do comércio varejista já encaminhadas ao Governo Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bueno.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Nelson Buffara.

Ausente, ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Antônio Facci.

Tendo declinado, ao nobre Deputado Renato Bernardi.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Sguarezi.

Ausente, ao nobre Deputado Erondy Silva.

Ausente, ao nobre Deputado Darcy Deitos.

Tendo declinado, ao nobre Deputado Erondy Silva.

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Usará da palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — No Horário reserva.

PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Assembléia instituiu, através de um requerimento do eminente Deputado Nelson Friedrich, a constituição de uma CPI que visa examinar o sistema cooperativista do Estado.

Um dos pontos de inspiração dessa CPI, foi o problema relacionado com as atividades da Cooperativa Central Regional Iguaçu, a COTRIGUAÇU.

E, no desenvolvimento, Sr. Presidente, dos trabalhos, muitos fatos emergiram do exame de toda a problemática do cooperativismo paranaense, e, sobretudo, com relação às atividades da Diretoria da COTRIGUAÇU, no largo de seu tempo, desde a sua fundação.

Um dos pontos mais polêmicos foi o relacionado com as atividades do mercado internacional, especialmente dos negócios feitos através da FINAGREN, e que até hoje não foi ainda esclarecido devidamente para a economia do Paraná, e para os associados paranaenses da central cooperativista, que gravitam em torno de 26 mil associados. Hoje é superior a este número, chega próximo aos 28 mil associados.

Recentemente, a COTRIGUAÇU vivia momentos dos mais preocupantes, não só a nível de associados, mas sobretudo, criando sérias dificuldades para o futuro da economia agrícola paranaense.

E, numa das oportunidades dessas CPIs, houveram até confrontos de diretorias, polemizou-se também a situação do Governo Federal e do Governo Estadual, e sobretudo, de sindicatos e de cooperativas singulares, com relação ao momento

do caso da Gleba de um milhão de hectares no Município de Aripuanã.

Fez-se numa das suas últimas reuniões, um exame de toda a situação lá na região sede da COTRIGUAÇU, que é Cascavel.

As cooperativas todas houveram por bem declinar do pensamento dos seus delegados — 17 sindicatos rurais e patronais 9 — de toda a micro-região, houveram por bem também pronunciar-se a respeito de qual o comportamento que se deveria dar ao problema Aripuanã, no Mato Grosso.

E o fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que até hoje, depois de todos esses associados representados, da cooperativa de Cascavel e da própria direção da COTRIGUAÇU, naquela ocasião, optarem pela colonização através da própria central cooperativista, da área de um milhão de hectares no Mato Grosso; depois de termos contato com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Justiça, até hoje, Sr. Presidente, não houver qualquer manifestação da CPI, e dizia, naquela oportunidade em que visitávamos o Sr. Octávio Cesar Pereira Júnior, dizia ele que era do interesse do Governo do Estado do Paraná que a CPI do Cooperativismo pronunciasse sua posição diante do problema crucial da colonização de um milhão de hectares, através da Cooperativa.

Imediatamente após essa reunião, tomávamos ciência, em Cascavel, que havia injunções do Governo Federal, através do Conselho de Segurança Nacional, recomendando que a Cooperativa deveria participar em forma de consórcio, com empresas particulares, ou até mesmo com o INCRA na colonização daquela área de um milhão de hectares.

E é de estarrecer que, até esta época, até esta data, não tenha sido possível fazer uma reunião da CPI do Cooperativismo e que, ao nosso ver, os eminentes Deputados que compõem o Partido do Governo, parecem não se interessar nesta reunião da CPI, para se fazer uma avaliação correta deste Poder a respeito do problema Aripuanã.

E notícias nos chegam que há interesse desvelado do Governo, inclusive do Estado do Paraná, para que haja um consórcio para quem a COTRIGUAÇU e também a área de Aripuanã, através da COTRIGUAÇU, faça consórcio com alguma empresa do setor de colonização para que a área seja assim colonizada.

Temos fundados receios de que, novamente, está havendo injunções do Governo Federal para o retardamento desta colonização.

Porque, se o Governo do Mato Grosso, entrando com uma ação possessória para retomar a posse da área, evidentemente que a Cooperativa se sente tolhida na sua liberdade de escolher o melhor caminho para a sua colonização.

E por que — estamos perguntando — por que este Parlamento que se manifestou através de seus Parlamentares, inclusive da bancada na Câmara Federal, dos dois partidos, representando o Estado do Paraná, e até dos dois Senadores paranaenses, por que o Governo do Estado do Paraná e esta CPI composta em maior parte de membros do Partido do Governo, parece desinteressar-se na solução do problema?

E fica aqui a dúvida: será que o Estado do Paraná, será que a Direção da COTRIGUAÇU e será também que a direção da CPI, com todos os Membros, será que têm algum interesse de propiciar caminhos de solução deste problema relacionado com a estrutura cooperativista paranaense? E de que forma, Sr. Presidente, poderíamos fazer alguma gestão para que esta CPI se reúna para discutir esse problema que, ao nosso entender, é da mais alta importância para a economia do Estado do Paraná?

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, e parece-me extremamente oportuna a presença de Vossa Excelência nesta tribuna hoje sobre esse assunto, até porque já na última semana a nossa bancada tomou a iniciativa de aguardar mais uma semana, para ver o que aconte-

ceria, a nível da maioria da CPI, para depois, discutir e tomar uma providência mais séria, porque é inadmissível que a Comissão Parlamentar de Inquérito, que se deslocou a Cascavel, recentemente, onde numa das memoráveis reuniões, assembleias já realizadas, me parece, em torno de um assunto como este, entre Deputados, lideranças cooperativistas, lideranças sindicais e demais lideranças da região, disto, o que ficou definido seria que, exatamente em se possuindo o consenso às pretensões das cooperativas singulares, da Central Cooperativista de como deveria se conduzir a questão Aripuanã, a CPI, através dos Deputados, haveria de formar uma frente multipartidária e dirigiria ao Mato Grosso do Sul, objetivando, através de um diálogo, quebrar, se possível, os atuais ânimos existentes entre a Central e o Governo do Mato Grosso, já que aquele exorbitou uma medida reintegratória contra a Central COTRIGUAÇU.

Isto ficou definido e tal, portanto, deveria ser o nosso procedimento. Não sabemos porque razões, depois daquilo, não foram feitas mais reuniões, não foram convocados Deputados.

Fica aqui a dúvida, Sr. Presidente, e também o nosso protesto, porque, recentemente, associados de várias cooperativas, e especialmente a direção da Cooperativa Agropecuária de Cascavel, está a nos cobrar, reiteradamente: qual a posição do Parlamento, especialmente com relação a este problema seríssimo da COTRIGUAÇU, com relação à área de Aripuanã?

Não temos notícias de que tenha havido sucesso nas gestões feitas por Parlamentares, especialmente da Oposição. E o sucesso alcançado foi unicamente no diálogo com Parlamentares do Mato Grosso, para que sobrestasse as agressões verbais, violentas, contra o sistema cooperativista paranaense.

E a coisa está como está.

E, nesse entremeio, o que vimos?

Comentários de que a questão está praticamente agora resolvida, porque a Colônizadora Norte do Paraná ou parte dela, estaria já consorciada com a COTRIGUAÇU nos bastidores, para implementar este projeto de colonização.

Ora, para começar, de maneira unânime, os dezessete sindicatos de Trabalhadores Rurais que compõem a Micro-Região II do Oeste do Paraná, com mais nove sindicatos patronais e todos os presidentes, embora alguns vacilando e todos os delegados presentes naquele encontro entre CPI, interessados em Cascavel, decidiram que a colonização seria feita através da COTRIGUAÇU, tão somente, e que, para tanto, seria feito todo um processo de mobilização política independente de posições partidárias, e para isso, inclusive o nosso Partido colocou-se de plano para assim compor esse quadro, e essa frente multipartidária não se formou; algumas iniciativas episódicas foram feitas, como por exemplo, pelo Senador José Richa, e sabemos por um outro Deputado Federal, inclusive da Situação, mas não se sedimentou, não se concretizou esse objetivo de inclusive manter o contato em nome desta Casa, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná junto com o Poder Legislativo do Mato Grosso, para se tentar ao menos sustar a ação, e uma vez sustada, buscar nos meios econômicos do País o financiamento adequado ao projeto. Não entendemos essa verdadeira omissão que agora existe.

Pode ser que com sua presença na tribuna, tenhamos, ainda esta semana, uma reunião da CPI. E ao menos uma, ou outra coisa se faça: ou se desista ou se cumpra aquilo que foi decidido.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que esperamos a reunião urgente dessa CPI, e a nossa passagem por esta tribuna, só tem um único sentido: de conchamar os membros da

CPI para que se reúnam e definam qual a posição a ser adotada verdadeiramente, porque não é possível mais, Sr. Presidente, participar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai outra vez desaguar nas praias, sumindo nas areias da praia, as decisões que nunca são tomadas.

E é por esta razão, que não é possível mais tributar-se alguma credibilidade ao Parlamento.

Quando vemos as prerrogativas serem derogadas ou serem postergadas a segundo plano, as CPIs formadas nos Paramentos, depende exclusivamente da capacidade e da responsabilidade de cada um dos seus Membros.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. Declinando, consulto a Liderança do PDS.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós todos deveríamos estar acostumados e habituados a verificar na imprensa nacional, os freqüentes aumentos dos preços do combustível.

Novamente hoje, os jornais anunciam em manchetes principais que se projeta já para um futuro bem próximo, um novo aumento nos preços da gasolina.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos têm conhecimento e têm acompanhado no desenvolvimento da atual crise energética iniciada na última década e que se prolonga pelos anos 80, que isto aconteceria, fatalmente.

Mas, nos aproximamos de um impasse: verificamos que a coisa não poderá mais aguentar. O homem brasileiro já está tão sofrido, tão judiado por uma inflação que nos parece incontornável. Onde os órgãos governamentais estabelecem políticas, estabelecem diretrizes, voltam atrás, retomam antigas políticas abandonadas e verificamos que o objetivo não é alcançado.

O Sr. Erondy Silvério. — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Lamento interromper Vossa Excelência logo no início do seu pronunciamento.

Acontece que Vossa Excelência, ao conceder-me o aparte neste instante, me ensina a oportunidade de oferecer, inclusive, subsídios a Vossa Excelência, nesta importantíssima questão energética, nesta dificuldade por que passa a Nação.

Vossa Excelência diz que os tecnocratas do Governo, e quando Vossa Excelência fala em Ministros eu já falo em tecnocratas, porque os Ministros são figuras decorativas. Sabemos que quem manobra os Ministérios são os tecnocratas, que vêm infelicitando esta Nação há quinze anos.

Então Vossa Excelência diz que se adota uma política, logo em seguida abandona-se para retomá-la lá na frente e assim por diante.

Vossa Excelência há de convir e toda a Casa, que o problema surgiu em 1973, quando os países exportadores de petróleo, reunidos, resolveram dizer um basta às sete irmãs que são realmente quem inflaciona o preço do petróleo no mundo inteiro. São as transnacionais norte-americanas, inglesas e holandesas. E os produtores de petróleo resolveram dizer um basta, porque eles recebiam, na realidade, miséria, pelo petróleo que vendiam.

E, num movimento muito justo de defesa das riquezas naturais, resolveram se constituir em cartel e elevar o preço do petróleo.

Naquela oportunidade, o que fizeram o Japão e a Alemanha Ocidental? Países de uma economia sólida, mas que não têm em seu subsolo uma gota sequer de petróleo, trataram de planejar o futuro diante de uma realidade, de uma realidade irrecusável.

E o que aconteceu hoje? Esses países botaram a trabalhar os seus cérebros privilegiados, as suas inteligências e buscar uma solução a médio prazo, para o problema.

Hoje nós vemos o Japão, que importa 99 por cento do petróleo que consome, numa situação sólida, numa situação de absoluta tranquilidade.

Por que? Porque eles buscaram na própria ciência, uma saída para o problema. A Alemanha da mesma forma. Hoje são duas moedas mais fortes, as duas economias mais fortes, embora suas moedas não o sejam, mas são as duas economias mais fortes do mundo ocidental.

E o que é que se fez no Brasil? Continua-se deitado em berço esplêndido, a Nação inteira assistido o sorriso de hiena do japonês Shigeaki Ueki. E hoje a Nação está aí mergulhada numa crise que nos será fatal, se o Governo não tomar providências, que embora não desejemos, mas são as únicas indicadas no momento que vive a Nação brasileira.

Fatalmente, iremos desaguar num racionamento, o racionamento que vai representar recessão, que vai representar desespero, que vai representar o agravamento do problema social.

Mas o Governo não tem outra saída, com um consumo de um milhão de barris diários, o Brasil não tem outra saída senão desaguar no racionamento. Tudo isso, pela imprevisão e por esse falso nacionalismo e que inclusive é cultivado pelas esquerdas do País. O nacionalismo Xenófobo que não admite a participação do capital estrangeiro. Que nos adianta ter petróleo embaixo da terra?

Temos que fazer o que os árabes, exatamente o que os árabes fizeram. Abrir o nosso território, para que todos pesquise o petróleo, e depois, através de um simples decreto, desapropriar esta gente ou impor condições a toda a Nação. Mas, jamais fechar os olhos e fazer como o avestruz: enterrar a cabeça na areia à simples aproximação de uma tempestade. E é isso o que está acontecendo no País. Gritam os militares, os comunistas, os socialistas, os falsos democratas: "O petróleo é nosso". Embaixo da terra?

E o que isto resolve à Nação? Vejam o que aconteceu com o ouro brasileiro. Os ingleses vieram aqui, saciaram-se nas nossas minas, carregaram todo o nosso ouro e quando disseram o Brasil não tem mais nada, um simples aluvião derruba uma árvore em Serra Pelada e descobre-se montanhas de ouro.

O Brasil é um País riquíssimo. O seu sub-solo é extraordinário. O que precisamos é de uma diretriz de um Governo corajoso. E esperávamos que os Governos militares tivessem essa coragem. Infelizmente, não tiveram. Entregaram os destinos econômicos da Nação a uma meia-dúzia de tecnocratas insensíveis que criaram apenas mordomias para si próprios, e que vêm infelicitando esta Nação há tantos e tantos anos.

É necessário que os homens do PDS reconheçam esta verdade e tragam a público, gritem, reajam, para que não se constitua em privilégio apenas da Oposição apontar os nossos erros, os nossos defeitos que tanto têm infelicitado a Nação brasileira.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, porque está abordando um problema que deve merecer a atenção de todos os Deputados, Oposição e Governo, porque é um problema realmente sério e que trará consequências trágicas para a economia nacional, se diretrizes novas não forem impostas e se as velhas ultrapassadas, não forem abandonadas.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Muito obrigado, Deputado

Erondy Silvério. Vossa Excelência, comprova com este aparte, a sua preocupação e o seu desassombro sempre presente em sua vida pública, em não se preocupar em se vincular demasiadamente a preocupação partidária, de ser partido da situação e Governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos preocupa

em maior profundidade, é que como Vossa Excelência falou em seu aparte, a crise surgiu em 73, e já se passaram sete anos e as coisas continuam como eram antes.

A imprevidência de alguns Governos Revolucionários, fizeram com que a crise que hoje vivemos seja muito mais grave do que poderia ser, sem dúvida alguma, uma crise, mas muito menos catastrófica para o País, se medidas sérias tivessem sido tomadas.

E, infelizmente, Srs. Deputados, nós continuamos nas medidas não sérias, continuamos com medidas tomadas e des-tomadas. Continuamos com problemas e os problemas voltam à baila diariamente. E quando falo em medidas sérias, há um exemplo bem recente do problema das estâncias hidrominerais, onde era permitida a venda de gasolina aos domingos.

Mas, meu Deus do Céu, Srs. Deputados, se o País vive um problema sério, há de se tomar medidas sérias. E se essas medidas vierem a prejudicar uma parte da população brasileira, ou seja, aquela que vive em função do turismo, há de se prejudicar. Será prejudicada. Mas, não podemos dizer que há uma crise, que há problemas, mas que para passear, para que sobrevivam cem ou duzentos mil cidadãos brasileiros, que vivem em função do turismo, podemos abrir um precedente desta largueza. Isso desacredita a medida; isso faz com que ela não seja séria, e faz com que o cidadão comum, analisando a preocupação do Governo, quando diz que a coisa é séria, é séria para valer.

Por outro lado, vê que nas estâncias hidrominerais, é possível a venda de gasolina, ou seja, em última análise, é possível gastar gasolina para lazer, no fim de semana; se a situação é prá valer, teria que ser prá valer também em outros sentidos.

E eu não admito que o Presidente da PARANATUR, o ex-Grande Prefeito, Miguel...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço a Vossa Excelência, e concedo o aparte, por trinta segundos, ao nobre Deputado Valduga.

O Sr. Valduga — Parabenizo-me com o pronunciamento de Vossa Excelência, sobretudo neste aspecto de que nesses cortes abruptos de combustível, nas áreas de turismo.

Sabemos o quanto é importante e quanta divisa traz ao Brasil o turismo daqui, do Sul do Brasil, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande, e até mesmo das praias de São Paulo. Não tem sentido, é um absurdo, vamos perder talvez uma das grandes oportunidades de vender uma mercadoria mais barata, uma mercadoria gratuita que tem o Brasil, que é o lazer nas suas praias, e deixar de receber fortunas que entram em dólares vindos do Exterior. Quer dizer, é só realmente as pessoas inco-sequentes que praticam tais atos, esse vai-e-vem de decisões.

Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Concederia o restante do tempo ao Deputado Tércio Albuquerque, que solicitou o aparte.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Gabriel Sampaio.

Queremos apoiá-lo em seu pronunciamento, mas queremos discordar em uma pequena parte em que Vossa Excelência diz que as estâncias hidrominerais e as cidades turísticas de nosso País não deveriam ter o privilégio da gasolina, em fins de semana.

Sabemos exatamente, que se forem fechados como foram, por poucos dias, os postos, em finais de semana nas estâncias hidrominerais e cidades turísticas, o prejuízo para a nossa Nação, em termos de turismo, é muito grande. E nós temos que fazer uma avaliação de que se nós recebemos alguns lucros, fechando os postos de gasolina, prejuízo também teremos em contrapartida, na nossa crise econômico-financeira, especialmente no fechamento da hotelaria, das agências de viagem, dos restaurantes, bares e similares, das estâncias hidrominerais e das cidades turísticas. Nós temos que fazer uma avaliação. E

estamos de acordo quando Vossa Excelência diz que este vai-e-vem de medidas está errado; quando se toma uma medida, se faça precavendo também os prejuízos que poderão levar a essas cidades de estâncias hidrominerais.

Apenas para dar o apoio a Vossa Excelência e discordar nesta pequena parte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Infelizmente eu não tenho mais tempo para argumentar com Vossa Excelência, mas responderia apenas com dois argumentos.

Um deles, cruzeiros e dólar. E outro, a nova política econômica do Ministro Delfim Neto: popuança interna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/80, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que altera a delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava (Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1968). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação a emenda. — Aprovada. — Em votação o Projeto. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 62/80), que aprova Proposta de Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1.981. Com Parecer da C.O., já distribuído através de Avulso do Diário da Assembléia. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O orçamento de um Estado deve ser a expressão mais alta da função pública, e é no desdobramento de suas funções, programas, sub-programas, projetos, atividades etc. que deve constituir a síntese de todo um plano de governo, ou, pelo menos, um instrumento natural da sua execução.

Os problemas mais candentes e vitais da administração pública devem ser debatidos, e suas soluções devem ser encontradas no decorrer de trabalhos de elaboração e execução orçamentária.

Mas, aqui, Sr. Presidente, no Brasil, e mais especificamente no Paraná, nada disso acontece.

É a tecnocracia imperativa, quê, hoje, mais uma vez, manda a esta Casa uma peça que já vem dirigida e que naturalmente, ao longo dos 365 dias de 1981, causará lesões profundas no organismo do Estado do Paraná.

Fruto disto é, sem dúvida, a não participação dos legítimos representantes do povo, os Senhores Deputados, em sua elaboração, e, também, no controle de sua execução, dado que este Poder, Sr. Presidente, é um Poder sem poder.

E nesta Casa, Sr. Presidente, tramita um projeto de nossa autoria, o qual recebeu o n.º 77/80, mas que até a presente data não chegou ao Plenário, e daí, nesta oportunidade, nós comentamos o mesmo, inserindo dentro da discussão do orçamento anual de 1981.

O nosso projeto de lei dispõe sobre o processo de fiscalização pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dos atos do Poder Executivo, e os da administração indireta, das atribuições, dentro de nosso projeto, no artigo quarto fica estabelecido que é criada uma Comissão de Fiscalização e Controle.

Esta Comissão poderá convocar secretários de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes de entidades da administração indireta, na forma regimental;

solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, sobre matéria sujeita à fiscalização;

promover a tomada de depoimentos em inquirição de testemunhas;

requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato, objeto da fiscalização;

providenciar a efetuação de perícia e diligência.

Mas, Sr. Presidente, muito embora haja a Lei n.º 6765, a qual dispõe sobre a fiscalização financeira do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, nas entidades para-estatais, inclusive fundações, este projeto vem dar maiores poderes ao Legislativo para fiscalizar as mesmas, no momento em que todos desejam a volta do estado de direito, onde o Poder Legislativo não mais atrelado ao Executivo e que o mesmo seja totalmente independente, exercendo, de fato e de direito, a sua função fiscalizadora dos atos administrativos das empresas paraestatais e fundações.

Porque, hoje, o Poder Legislativo, com a maioria que o Governo tem, nesta e na maioria das Assembléias do Brasil, nada mais faz do que referendar "ipsis literis" o que os interventores dos Estados mandam para ser referendado à sua proposta orçamentária para ser executada no ano subsequente.

Mas, não gostaríamos de cansá-los com a triste verdade numérica, como fizemos dias atrás, quando discutíamos uma autorização deste Poder, para que o Governo do Estado tomasse um empréstimo de oitenta milhões de dólares, para financiar parte do projeto PRO-RURAL, o qual não irá atender a região que, nesta Casa, representamos.

Mas, faremos uma análise do descaso da atual administração estadual, para a qual o nosso Município de Campo Mourão foi tão desprezado, no Orçamento.

Todos sabem que Campo Mourão é, hoje, um dos maiores municípios do Estado, tanto em população quanto em produção rural.

Sendo sede de micro-região, da CONCAN. Foi o mesmo criado pela Lei n.º 2, de 10 de outubro de 1947, e instalado oficialmente em 05 de dezembro de 47.

Possui uma área de dois mil e sessenta e oito km quadrados e tem uma população de, aproximadamente, 90.000 habitantes, dado extra-oficial da conclusão do Censo pelo IBGE; o que dá uma densidade demográfica de 43,52 habitantes por quilômetro quadrado.

Sua produção agrícola é uma das maiores do Estado, sendo que para a safra 79-80, se plantou 80.600 hectares de soja, dando uma produção de 169.000 toneladas;

- algodão, dois mil hectares, com uma produção de três mil toneladas;

- milho, sete mil hectares, uma produção de dezessete mil e quinhentas toneladas;

- feijão, 3.300 hectares, uma produção de 1.400 toneladas, além de produzir arroz, amendoim, mandioca, mamona, que não deixa de ter expressão econômica desejada; tem uma capacidade armazenadora de 198.000 toneladas, sendo que, deste, somente 4.800 pertencem a órgãos oficiais, ficando o saldo, de 193, entre cooperativas e entidades particulares.

É, portanto, um dos municípios de maior capacidade armazenadora do Estado do Paraná, sendo que, o Poder Público, pouco colabora para essa realidade.

Estimou-se, a sua arrecadação, para o presente exercício, em 55 milhões, 725 mil cruzeiros só em arrecadação de ICM, o que naturalmente traduz a importância do município.

E aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que temos que lamentar a falta de atendimento por parte do Estado, para com o nosso município, pois, somos sabedores e esta Casa é sabedora, de que nós, os Deputados da Oposição não temos acesso à elaboração da peça orçamentária e, quando são apresentadas emendas, as mesmas são rejeitadas na Comissão de Orçamento desta Casa, pois a mesma tem maioria de Deputados do Governo, os quais simplesmente referendam os projetos do Governo, sem que se atenda as partes interessadas.

Nós sempre ouvimos falar que os Deputados do Partido Situacionista têm acesso a essa elaboração orçamentária e nesta Casa, Sr. Presidente, há representantes do Partido do Governo, na pessoa do eminente Deputado Augusto Carneiro que inclusive tem, naquele município, o famigerado mando político, o qual sempre aqui criticamos.

Infelizmente, Sr. Presidente, esse mando político, durante esse tempo todo, até hoje, em nosso município, só serviu para trocar Delegado, Diretores de Escola, nomeação de Inspectores de Quarteirão, pois, o mesmo, não serviu para que o Orçamento do Estado tivesse dotações que realmente trouxessem benefícios ao povo daquela comuna, Sr. Presidente.

Numa análise que fizemos pudemos notar que, no setor educacional, a FUNDEPAR, que construirá milhares de metros quadrados em milhares de salas de aula no Estado do Paraná, segundo o Orçamento, construirá, apenas, duas salas de aula em Campo Mourão, Sr. Presidente; notamos também que, de todas as Faculdades estaduais e fundações, receberão substancial ajuda, do Governo Estadual, mas a FUNDESCAM, de Campo Mourão, não terá ajuda de 1 tostão sequer; e, assim, outros benefícios terão todos os municípios paranaenses, menos, o que nesta Casa representamos, o qual, está órfão de pai e mãe e foi relegado a um plano de inferioridade, demonstrando que, a representação política do PDS daquele município não serviu de estímulo para que o Governo do Estado atendesse às justas reivindicações do seu povo e que servisse, tão somente, para lhe ser subserviente, nesta Casa.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Darcy Deitos. Solicitei aparte, porque Vossa Excelência citou o meu nome e, conseqüentemente, convidou-me para que eu fizesse este aparte.

Eu, na condição de Deputado do Partido Democrático Social, confesso a Vossa Excelência que, em Campo Mourão, encontro-me nas mesmas condições de Vossa Excelência, porque sou um deputado de oposição ao esquema local e Vossa Excelência sabe disso.

No entanto, em assuntos com referência e de atuação da esfera do Estado, quando Vossa Excelência diz que nada foi feito, quero ler aqui quanto ao setor de estradas, que é o que tenho aqui em mãos no momento, porque Vossa Excelência me pegou de surpresa quando citou o meu nome através desta tribuna:

Especificamente ao Município de Campo Mourão, não existe programação de nenhuma estrada porque Campo Mourão já está servido, nós tínhamos o acesso àquela cidade, que é obra do Governo Federal e que tanto Vossa Excelência quanto eu, temos nos debatido para restaurar a paralização das obras federais; no entanto, na região, nós podemos citar, de pronto, o acesso a Mamborê que é Comarca de Campo Mourão e que, se não é do mando político direto deste Deputado, é fruto do

trabalho do Deputado Jurandir Messias, deste Deputado e quem sabe, também, do trabalho de Vossa Excelência; temos Rio Bonito, Pitanga, Iretama, que é uma estrada que Vossa Excelência e nós tanto temos nos debatido por ela e que foi, sem dúvida, uma grande conquista de um prestigiamento político do Partido do Governo.

Porque se não fosse a interferência por parte dos políticos do Governo, aquela estrada, talvez, não tivesse sido reiniciada como ela está.

Nos e trechos que é de importância para Campo Mourão, inclusive no trecho Campo Mourão-Iretama, que já está restaurado e em construção num trecho de 48 km, que foi um dos primeiros trechos a ser restaurado e a ser reiniciado neste governo.

Portanto, Sr. Deputado, quero discordar de Vossa Excelência quando atribui a nós como cumprindo aqui apenas um papel de subserviência.

Nós temos feito o que podemos e temos conseguido para Campo Mourão, com todas as dificuldades.

Agora, quero que Vossa Excelência seja coerente em admitir de que nós não somos o dono do Poder, nós apenas temos um lugar como Vossa Excelência nesta Casa e estamos, honestamente, com todo o nosso esforço e o nosso empenho, reivindicando em favor da nossa gente e daquele lugar. Se mais não pudemos fazer, é porque as condições não nos é permitida.

Mas, a nossa consciência está tranqüila, tanto nesta Casa quanto junto à nossa gente, de que nós estamos cumprindo dignamente e honestamente com a nossa função de Deputado aqui, do Partido Situacionista.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Augusto Carneiro, em momento algum no meu pronunciamento e em pronunciamento que fiz nesta Casa, no decorrer desses meses de mandato, em momento algum, coloquei em dúvida a sua honestidade.

Porque gosto de trabalhar em cima de fatos, eminente Deputado, e me atenho ao problema de atendimento da nossa região de Campo Mourão.

Porque Vossa Excelência é um emérito defensor daqueles que dizem de que — só os Deputados do Governo que trabalham, nos bastidores é que levariam os benefícios para lá. E aqui está a peça orçamentária, e vemos o descrédito na nossa região de Campo Mourão, que não existe nada lá.

E, especificamente, me ative a isto a minha vinda à tribuna, para comentar que um orçamento de um Estado, aonde será manipulado pelo General interventor Ney Braga, no ano de 81 - 84 bilhões de cruzeiros, 69 bilhões à administração centralizada, mais 15 da descentralizada e vê que o nosso município, aonde Vossa Excelência tem a base eleitoral, está relegado a segundo plano. É o que me leva a esta conclusão.

Agora, Vossa Excelência fez referência ao acesso Mamborê. Isto no primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, eminente Deputado, este acesso já constava no mapa de obras concluídas pelo então Governador interventor Jayme Canet Júnior, e até hoje, este acesso não foi concluído.

O Sr. Augusto Carneiro — Na verdade, Deputado, deve ser feito agora e pago agora.

O SR. DARCY DEITOS — A Campo Mourão - Pitanga, Sr. Deputado, há 25 anos que esta obra foi iniciada pela então empresa Aranha, e até hoje não foi concluída.

Dizem até, na região, que isso passa de pai para filho até que ela seja concluída, porque antes de Sua Excelência o General Ney Braga ser Governador do Estado pela primeira vez, aquela estrada já havia sido iniciada e por uma empresa então chamada Aranha SA., que segundo comentários também,

era de propriedade de sua família.

Então veja que as décadas passam e a nossa região fica relegada a segundo plano. Parcas, míseras obras são levadas para aquela região.

Mas, especificamente, nobre Deputado Augusto Carneiro, eu gostaria, aproveitando até este diálogo com Vossa Excelência, que esclarecesse a este Deputado a respeito dos comentários que amplamente foram divulgados no último fim de semana em Campo Mourão, pela imprensa local, de que Vossa Excelência, por não ser do Partido do atual Prefeito de lá, que se elegeu pelo partido de Vossa Excelência, mas que hoje pertence a outra agremiação partidária, gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse se é verdade, se é verídico que, pela sua interferência aquele município deixou de receber uma ajuda agora, recentemente, de um milhão de cruzeiros, para fazer face às despesas da última exposição agro-pecuária que lá esteve?

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite eu manter o diálogo, e é com prazer que esclareço, porque talvez em outra oportunidade não tivesse para fazer esclarecimento.

No entanto, essa afirmativa tem sido feita, Vossa Excelência sabe, pelo Prefeito, que é opositor tanto meu quanto de Vossa Excelência, e falar do Prefeito de Campo Mourão quanto ao valor das suas palavras, Vossa Excelência sabe também quanto eu, e esta afirmativa tem sido feita pelo Prefeito e foi feita, parece-me, até numa rádio local; no entanto, seria o maior absurdo do mundo, se eu, como Deputado de Campo Mourão, interessado naquele município, procurando representar da melhor maneira possível o seu povo, impedisse que fosse uma importância para beneficiar Campo Mourão.

Vossa Excelência me conhece desde há muito em Campo Mourão, trabalhamos juntos, Vossa Excelência conhece meus princípios, e até invoco inclusive o seu testemunho, para poder afirmar que não somos nós, não temos este feito, de procurar prejudicar um município que representamos, numa esfera meramente política.

Vossa Excelência sabe tão bem quanto eu, que a exposição que foi feita em Campo Mourão, foi feita numa associação que não cabia convênio com o Governo do Estado e não cabia ajuda do Governo, que não pode aplicar dinheiro onde bem entender, só poderia aplicar, se houvesse, se fosse em cima de coisa pública.

E, diante disso, não foi possível, apesar do pedido do Sr. Prefeito, que o Governo do Estado pudesse conceder dinheiro para ajudar nos festejos do município, porque seria ceder uma verba para uma entidade particular, porque lá era um terreno do CTG.

No entanto, se Vossa Excelência recorrer aos Anais do Estado e especificamente da Secretaria do Planejamento, Vossa Excelência encontrará um pedido deste Deputado que vos fala, pedido de ajuda para a exposição em Campo Mourão, e que não foi possível atender em razão dos fatos que já falei.

Nunca existiu nenhuma intenção de prejudicar e nem existirá, nobre Deputado, como eu creio que, se amanhã me disserem que Vossa Excelência impediu algum encaminhamento de verbas para Campo Mourão, de pronto não vou acreditar, porque conheço a sua conduta e sei do esforço de Vossa Excelência no sentido de ajudar Campo Mourão.

Por isso, fica aqui, de público, e registrado nos Anais da Casa, o meu testemunho e inclusive até faço um desafio ao Prefeito que fez esta declaração, que ele prove a qualquer hora, em qualquer circunstância, de que não só nesta oportunidade, mas em outras, se eu tive alguma participação em negar verba para Campo Mourão, quando sou o primeiro interessado a levar benefícios ao nosso município e à nossa gente.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Que fique bem claro, nobre Depu-

tado Augusto Carneiro, que em momento algum estamos aqui nesta tribuna, com a finalidade de defender o executivo daquele município, que somos adversários políticos mas entendemos que o povo está acima de questões políticas, o povo tem que ser atendido, seja este ou aquele prefeito que esteja à testa do município; não interessa qual o partido político. Interessa que estejamos despidos de cor partidária na hora de atender ao povo.

E isto que aquela região, mais do que nunca, precisa, eminente Deputado, que está abandonada pelo Governador e Interventor General do Paraná.

Disto Vossa Excelência não pode discutir comigo, tanto é verdade que a estrada que Vossa Excelência citou, Campo Mourão - Pitanga, parou porque sabia o General, o Interventor, que neste ano não teríamos eleições municipais, porque, se as tivesse, elas estariam sendo concluídas, inclusive nesta semana de 1980, para dizer que foi o seu partido que para lá levou este benefício.

Quanto que uma estrada, eminente Deputado, nada mais é do que devolver ao povo o que ele arrecadou em impostos, e aquela região de há muito deu o seu suor, o seu sangue, para o engrandecimento deste Estado.

Ninguém faz favor algum em atender, em fazer uma estrada para aquela região, tem sim, obrigação, como tem obrigação de atender agora a ligação de Iretama como a cidade de Nova Cantu, Campina da Lagoa, para beneficiar a última grande região do Estado do Paraná, abandonada por este Governo discricionário que intervencionou no Estado do Paraná.

Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

O Sr. Augusto Carneiro — Quero apenas esclarecer a esta Casa e a Vossa Excelência, que se a estrada Campo Mourão - Pitanga fosse uma estrada puramente eleitoreira para fazer campanha como Vossa Excelência quis aludir da tribuna, ela não estaria sendo feita agora e acelerada como está a obra. Ela ficaria para ser feita em 82.

Se ela teve seis meses de paralisação, o Paraná inteiro sabe a razão, o porquê. Porque houve uma grande dificuldade de recursos para o Estado do Paraná e foi necessário paralisar-se todas as estradas deste Estado. E aquela não poderia ser exceção. Ela foi paralisada como as demais.

No entanto, temos também a honra de aqui citar e deixar claro nesta Casa, e dizer que aí valeu o prestigiamento de amizade, não digo político, com Sua Excelência o Governador do Estado, e ser uma das primeiras estradas a serem restauradas. Aquela é a estrada mais cara, é a estrada de quilometragem maior de todo o Estado do Paraná, das estradas que estavam contratadas, e no entanto, foi a primeira a ser restaurada, a estrada Campo Mourão - Pitanga.

E por isso, agradecemos e aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Governo do Estado, por esta deferência toda especial a Campo Mourão e à região, em iniciar primeiro aquela estrada. Está fazendo agora no ano de 80, e vão ficar prontos alguns trechos, até junho de 81; vai ficar pronto mais ou menos 50 por cento da estrada. Se fosse uma estrada puramente eleitoreira, não estaria sendo feita agora.

E a estrada Campina da Lagoa, Nova Cantu, Roncador, Iretama, que foi estrada contratada agora, aproveitamos a oportunidade que Vossa Excelência nos dá, para agradecer ao Governo do Estado. É uma obrigação do Governo, sim, nós entendemos. Mas obrigação, ela tem também suas preferências, e se teve a preferência pela nossa região, é pelo reconhecimento de que aquela é uma região importante do Estado; uma região produtora, onde o povo vem contribuindo correntemente com o Governo e por isso faz jus às benesses que o Governo tem dado em fazer aquelas estradas que foram contratadas ainda na semana passada.

Muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

O SR. DARCY DEITOS — Deputado Augusto Carneiro, dizer que a paralisação não foi motivada por não termos eleições este ano, é desconhecer a realidade do Estado do Paraná, eminente Deputado.

Tanto é verdade que o Paraná teve um acréscimo de arrecadação de ICM neste exercício, de 106 por cento, e segundo dados de Sua Excelência o Secretário das Finanças, que esteve aqui nesta Casa na última semana, o excesso de arrecadação do Paraná nos primeiros nove meses, eminente Deputado, foram de cinco bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, eminente Deputado.

Veja Vossa Excelência, que justificar que não existiam verbas, era conversa fiada, era balela. Houve o cunho político, sim; houve o cunho político. Porque, se tivéssemos eleições neste ano, eminente Deputado, como tenho certeza que em 1982 o Paraná, que acumula divisas, que está aí com a consecução dos seus orçamentos de 79 e 80, gastando o dinheiro dos orçamentos que foram votados nesta Casa, mas encontra-se totalmente parado em obras.

Agora, quando chegarmos no limiar de 82, eminente Deputado, tenho certeza e tenha também Vossa Excelência, que haverá uma avalanche de inaugurações neste Estado, tentando provar que o sucessor, o partido sucessor da ARENA, chamado PDS, é a última instância, é o último refúgio, é a redenção para os reclamos da população do Paraná.

Mas isso, eminente Deputado, durante a campanha política, será esclarecido, de que este tipo de interventor tem que acabar, porque temos que eleger homens pelo povo, através das urnas onde o povo compareça e não venha do bolso de colete de Brasília, implantado por este sistema de 64.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a Vossa Excelência pela confiança prestada no PDS, e testemunhar desta tribuna, que daqui a algum tempo, estará o Governo a inaugurar várias obras e várias estradas.

Agradeço a Vossa Excelência este voto de confiança.

O SR. DARCY DEITOS — Lógico, porque ele não fez nada até agora. Não fez nada.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a Vossa Excelência neste voto de confiança, e nas palavras de Vossa Excelência, e na plena certeza de que o PDS, realmente, através do seu Governo, vai realizar grandes obras para este Estado.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Vai tentar enganar o povo mais uma vez, eminente Deputado, mas não sei se conseguirá. Se Deus quiser, não conseguirá enganar mais.

Mas concluirei, Sr. Presidente, dizendo que esta peça orçamentária que aqui se encontra, de nada adianta, Srs. Deputados, a gente se debruçar sobre esta peça orçamentária, porque de nada vale um estudo que seja formulado sobre as intenções deste Governo, porque na peça orçamentária não pode se mudar nada.

Tanto é verdade, de que foram apresentadas aí, quase duas dezenas de emendas e nenhuma mereceu a consideração da Comissão de Orçamento, ou melhor, não mereceu a consideração do Relator da Comissão, que pertence ao partido situacionista desta Casa.

E o partido situacionista desta Casa, Sr. Presidente, vota "ipsis litteris" com o General Interventor Ney Braga.

Nós, Sr. Presidente, reconhecemos que, às vezes, alguns requerimentos que aqui são aprovados, não tenham e não têm o devido acatamento, pelo Governo, pois também entendemos que aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça.

Mas queremos que esta justiça, Sr. Presidente, seja exercitada. E nada mais justo do que atender uma população que

tem colaborado diretamente para o enriquecimento deste Estado.

Mas o que não podemos entender, Sr. Presidente, é que o Governador do Estado não prestigie o seu companheiro de partido e atenda aos reclamos do nosso município e da nossa região. É lamentável que isso ocorra.

E não é só o que citamos. O Município de Campo Mourão está amargado vários anos, do não atendimento por parte do esquema atual de Governadores nomeados e principalmente do atual General Interventor Ney Braga. Mas o povo, Sr. Presidente, saberá dar a resposta em 1982, se não houver chuvas ou trovoadas, e se tivermos as eleições diretas para governadores.

Com o pagamento, saberá dar o troco. Com o pagamento, pelos benefícios recebidos. E nós seremos o porta-voz a anunciar que o Governo deste Estado sempre enganou aquela região.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Orçamento do Estado do Paraná, começa aliás, com uma característica muito boa, que é exatamente a capa de todo o seu trabalho. Todas as características de um jovem "bóia-fria" que está trabalhando na lavoura, no meio de uma plantação de um produto, inclusive não nosso, importado, e que caracteristicamente dá a medida exata de como está o povo e de como está o Governo.

Mas, Sr. Presidente, o interessante, ao manusear de início este Orçamento, é que nós temos na página 31, algo que nos chamou a atenção, por procurarmos explicações e não encontrarmos, mas que nos dá condições ao menos, de opinar, com respeito a esta característica, a este aspecto peculiar.

Quando se vê a especificação do demonstrativo da despesa por órgão e categorias econômicas, encontramos um tópico especial da administração geral do Estado, onde os recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, numa classificação especial, uma verba assustadora, e que portanto, fica à disposição exatamente da Secretaria do Planejamento, que passa a fazer toda a supervisão desse quantum, nada mais nada menos do que cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros traduzem quase 10 por cento do total orçamentário que fica à disposição e sob supervisão da Secretaria do Planejamento.

Nesta análise rápida que queremos fazer do aspecto político do Orçamento, para depois partirmos para a análise objetiva, vemos que, na verdade, a Secretaria do Planejamento no Estado do Paraná tem uma característica análoga a que nós sentimos e vivemos, a nível nacional, quando encontramos os super-Secretários ou os super-Ministros.

Aqui nos parece que o ilustre Secretário Vesperto Mendes é, na verdade, o maestro da orquestra orçamentária de todas as verbas que serão utilizadas em 1981, neste Estado.

Mas, sendo mais claros, nem maestro e nem orquestra possui o Estado. O que temos então, é um capataz que tem o segundo orçamento na sua mão; o primeiro seria o Orçamento Geral; o segundo, por certo, passa a ser o Orçamento da Secretaria do Planejamento. Poderíamos dizer que o terceiro Orçamento é o das Sociedades de Economia Mista.

Mas, sabemos que talvez esse Orçamento seja o mais importante até, e não temos condições de conhecê-lo profundamente.

Portanto, temos um verdadeiro capataz na fazenda econômico-financeira do Estado, Sr. Vesperto Mendes.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se verificarmos detalhadamente, vamos ver que somente este tópico "Recursos

sob Supervisão da Secretaria de Planejamento de cinco bilhões e meio de cruzeiros", além de outras dotações, deixam na mão do super-Secretário do Planejamento, importantes setores da vida do Paraná.

E é lógico, Sr. Presidente, que aí nesta análise política que estamos fazendo, está definida a intenção governamental que é exatamente ter um super-Secretário, em que os Srs. Secretários de Estado da Agricultura, da Saúde e Bem Estar Social, de todas as demais Secretarias, vêm se colocar com a bandeja na mão, perante o Secretário do Planejamento, que por sua vez será, por certo, induzido e manipulado pelas intenções do Executivo, fazendo com que Prefeitos, Secretários, Deputados, todos aqueles que possam apresentar idéias, projetos, planos de ação, deverão, aqui e acolá, primeiro ter a conversa com o Secretário do Planejamento, porque ele é o capataz da fazenda econômico-financeira do Estado, e aí, as manipulações, a se fazerem projetos e planos de ação em cima de interesses inclusive partidários, em que as intenções deste ou daquele Secretário, deverão portanto, ser medidos pelo Executivo, casado com a Secretaria do Planejamento.

O que estranhamos é que esta Secretaria, que deveria ter o papel de orientadora geral, passa a jogar nos programas específicos, como se a coisa fosse de sua única disponibilidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos aqui hoje, fazer inúmeras indagações, mas parece que todas falecerão ante o pouco interesse que podem ocasionar.

Mas também pretendíamos, e assim fizemos, apresentar algumas emendas. E aí partimos para uma análise mais objetiva, emendas ao Orçamento, para tentar inserir algumas coisas que, objetivamente, entendemos importante neste instante, da atual quadra da História do Estado.

Por isso, ousamos fazer, nada mais nada menos do que treze emendas. Emendas essas que, em resumo, pretendemos especificar. As emendas elaboradas, estão todas elas inseridas nas verbas que ficam sob supervisão da Secretaria do Planejamento.

Pois vejam bem, Srs. Deputados, aqueles que tiveram oportunidade de manusear o Orçamento, verão que, de repente, na página 469, vamos ver exatamente como estão colocadas as verbas que compõem este valor de cinco bilhões e meio de cruzeiros, que ficam sob a tutela, o manuseio, a determinação da Secretaria do Planejamento.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se víssemos, especificamente, na distribuição das verbas, no enunciado programático, que há setores que são previstos pela Secretaria do Planejamento, para que esses recursos do Tesouro sejam destinados.

O Código 4.1.0.0. - final 3.4.9., tem uma programação especial que diz respeito ao apoio integrado ao pequeno produtor rural. E a Secretaria do Planejamento, na sua unidade de programações especiais, regionais e multisetoriais, prevê um total de 860 milhões de cruzeiros para um Programa de Apoio Integrado ao Pequeno Produtor Rural.

Ora, é incrível que, exatamente na Secretaria da Agricultura, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Pr., tem na sua promoção Extensão Rural especificada, uma destinação de 101 milhões, 793 mil cruzeiros para o apoio ao pequeno produtor rural. E mesmo outros setores, como o ITC e outras unidades vinculadas, têm programas especiais para atender o pequeno produtor rural do Paraná.

Mas, o que não se entende, é porque vemos, no Orçamento, exatamente a Secretaria do Planejamento ter à sua disposição, 860 milhões de cruzeiros para um programa de apoio ao pequeno produtor rural, quando esse programa, de maneira específica, está previsto para ser inclusive executado pela EMATER-Pr.

Só que, de 101 milhões, 793 mil cruzeiros de apoio à assistência técnica e apoio ao pequeno produtor rural? Por que?

Se há um programa especial naquele setor, cientificamente preparado para isso, por que é que a Secretaria do Planejamento tem tal tutela, disposição, ter sob sua visão esse total de 860 milhões de cruzeiros, quando lá no programa específico, onde está exatamente prevista a dotação para apoio e assistência ao pequeno produtor que a EMATER deverá executar a previsão é de 101 milhões de cruzeiros? Por que? Para que o Secretário do Planejamento, atendendo os interesses do Executivo ou objetivos políticos imediatos ou mediatos, venha a fazer novos programas?

Como diz aqui "apoiar a realização de pesquisas agropecuárias, de buscar o aperfeiçoamento das estruturas de comercialização, de apoiar técnica e financeiramente a Cooperativa Agrícola existente na área de abrangência do PRÓ-RURAL

PRÓ-RURAL que apenas foi aprovado ontem, hoje já está aqui no Orçamento de tantos meses atrás, a previsão de verbas para o PRÓ-RURAL que ainda estava sendo analisado, composto e discutido? "De apoiar a regularização fundiária" quando temos, lá no ITC, uma dotação especial num programa específico, de uma unidade orçamentária para o problema fundiário?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só nesse enunciado programático à disposição da Secretaria do Planejamento, ficamos, na verdade surpresos, porque, como é que um planejamento tem, à sua disposição - são 860 milhões de cruzeiros - quando a Secretaria da Agricultura, na EMATER, tem para o mesmo programa, 101 milhões de cruzeiros? Se o objetivo é atender efetivamente o pequeno produtor, sem outra intenção, me parece que a melhor técnica, o bom senso está indicando que, já deveria, esta previsão, ser colocada à disposição do programa específico.

E, em cima disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos, por exemplo, várias emendas, e a primeira atinge exatamente o enunciado programático constante dos recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, de apoio a programas e setores prioritários, porque, Sr. Presidente, como existe o enunciado de apoio integrado ao pequeno produtor rural à disposição da Secretaria do Planejamento, existem outros enunciados como de apoio a programas e setores prioritários.

Até a esta hora, ficamos indagando: quando a Secretaria do Planejamento tem a previsão de recursos de 758 milhões de cruzeiros para apoio a programas e setores prioritários, indagamos o que não é proprietário, estas alturas, no Estado do Paraná?

Mas aqui diz: "atender a encargos decorrentes da implantação ou expansão de projetos e atividades de recursos financeiros definidos como prioritários pelo plano do Governo e nos planos setoriais".

E diz mais: "destacar recursos financeiros para impulso de iniciativas nos campos econômico, social e institucional da ação governamental; complementar recursos para projetos e atividades que se evidenciem como insuficientemente dotados perante as necessidades de atingimento de objetivos governamentais consoante prazos previamente definidos".

Ora, Sr. Presidente, o que pretendemos, através desta emenda, se a Secretaria de Planejamento tem nesse programa de apoio a programas e setores prioritários, 758 milhões de cruzeiros, por que não se jogar esta verba do setor específico, que poderá atender adequadamente esse setor, como por exemplo, e aqui temos, na página 293, no código final 368, "assistência a educandos"?

Sr. Presidente, ouvimos da Liderança do Partido do Governo, por exemplo, quando estávamos no auge da crise da educação, no movimento Educação e Justiça, de que, por que os Deputados não faziam as emendas necessárias para dar condições aos professores terem melhor ganho?

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda número dois que demos, objetiva efetivamente isso, jogar parte

da verba que está nas mãos da Secretaria do Planejamento, num enunciado chamado "apoio a programas e setores prioritários" que não sabemos quais são os programas e quais são as prioridades, embora entendamos que, neste instante, tudo passa a ser prioritário, mas se tem lá na Secretaria do Planejamento 758 milhões de cruzeiros e temos de assistência a educando proporcionar meios por exemplo, para promoção e assistência a alunos, a professores, etc., uma dotação de 15 milhões, por que não utilizar parte dos 750 e egordar a previsão dos 15 milhões que é exatamente a assistência a educandos? Nós estaríamos atendendo exatamente o setor, que poderíamos neste instante, ver como em crise está o Estado do Paraná.

Essa é a emenda número dois.

A emenda número três, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem também essa característica de em aproveitando o que dispõe um enunciado da Secretaria do Planejamento, exatamente esses recursos sob sua supervisão, a emenda número três tem também a sua característica plenamente aplicável. Esse é o nosso objetivo.

Sr. Presidente, o que diz a emenda número três, de nossa autoria: "A transferência de 40 por cento da verba constante do enunciado programático, recurso sob supervisão da Secretaria do Planejamento, com o programa específico de apoio a programas de setores prioritários". O nosso objetivo, é exatamente transferir para um programa de preservação, recuperação e reposição de recursos naturais renováveis.

Ora, Sr. Presidente, se temos, e está aqui a previsão especial de um programa de preservação, recuperação e reposição dos recursos naturais e renováveis, na página 565 do Orçamento, que será o enunciado programático do ITC do Estado do Paraná, que tem clara intenção de preservação, recuperação e reposição de recursos naturais renováveis.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo não ter usado esta verba que deixou à disposição da Secretaria do Planejamento para sob sua tutela fazer o que bem entende neste programa de apoio a setores prioritários?

E é prioritária no Estado do Paraná, como em todo o País, a recuperação, preservação dos recursos naturais renováveis, não jogarmos ao menos 40 por cento dessa verba que fica à disposição da Secretaria do Planejamento, para que o ITC, já que tem lá na sua especificidade um programa para isso, não utilizarmos e elaborarmos um programa sério, para levarmos à conscientização, as causas que geram exatamente a degradação do solo, da vida, e propor a recuperação e reposição dos recursos naturais renováveis num programa claro e definido?

Por que, se a Secretaria do Planejamento prevê tal verba para programas prioritários de maneira genérica? Por que não conduzir todo esse contingente, esse potencial de verbas para uma programação específica?

Objetivamente definida, após um amplo debate e discussão, como dizíamos, nas justificativas, que tomo a liberdade de ler antes de dar aparte ao Deputado Kirinus.

"A Secretaria do Planejamento, órgão de orientação, na execução de planos e projetos, terá à sua disposição quase 10 por cento do Orçamento Geral do Estado em 81.

Isso se deve ao fato de que algumas verbas do Orçamento destinadas à programação e encaminhados por outros órgãos à administração pública, que ficarão sob a tutela dessa Secretaria.

Para corrigir essa deformação e viabilizar a execução do programa específico, consideramos necessário transferir parte dessa verba para programas e projetos específicos.

É o caso de transferir, portanto, parte da verba destinada ao programa de apoio a programas de setores prioritários, para o programa de preservação, recuperação e reposição de recursos naturais e renováveis, que segundo consenso amplo, é um programa prioritário a merecer mais que a pequena e minguada

dotação inscrita no Orçamentp encaminhado pelo Governo, para 1981".

O Estado do Paraná está diante de uma das suas piores e mais graves situações de empobrecimento e perda do seu solo. Os seus recursos naturais estão cada dia mais se diluindo e se perdendo e não havendo preservação, renovação e muito menos, recuperação.

Mas, exatamente no Orçamento para um programa desses, a verba é pequeníssima e minguada. Mas, por outro lado, deixa à disposição do Secretário do Planejamento, teoricamente um programa específico de apoio a ações prioritárias.

Ora, essa é uma ação prioritária. E por que não pois, jogar parte desta verba de 758 milhões de cruzeiros às mãos do Secretário do Planejamento, para um Programa específico de Preservação, recuperação e reposição de recursos naturais renováveis.

Por isso a nossa emenda, a emenda n.º 3, que os Srs. Deputados têm em mãos conforme publicação no Diário da Assembléia.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, quero antes de mais nada parabenizá-lo por este trabalho exaustivo, profundo, análise que faz do orçamento. E gostaria de não acrescentar, simplesmente reforçar o que Vossa Excelência já tem dito.

Parece que segue-se a cópia fiel daquilo que se faz a nível federal, a nível de Brasília. Lógico, não poderia ser diferente. O Paraná, o Governo do Paraná é parte de um sistema e de um regime. E concordo com Vossa Excelência plenamente quando ao analisar o trabalho crítica e diz da falta de especificação, da falta de melhores critérios para a distribuição da verba.

Tenho acompanhado também as emendas que Vossa Excelência tem elaborado e com muita justiça e muito acertadamente, no entanto às vezes me dá a impressão e esse é o medo e o risco que corremos como parlamentares, que ao levarmos a sério um trabalho jogado aqui na Assembléia Legislativa, apenas pró forma, apenas para preencher um preceito constitucional e seguirem mascarando uma democracia, uma semi-democracia. Porque quando informações são negadas, quando emendas como Vossa Excelência faz não são discutidas, mas simplesmente se vota contra, então dá a impressão de que realmente nós parlamentares da oposição que pretendemos examinar com seriedade o que foi feito com pouca seriedade, o que foi feito apenas para preencher um preceito constitucional e continuar enganando a Nação inteira de que estamos num sistema democrático.

Porque amanhã ou depois poderão dizer e haverão de dizer que esse Orçamento assim amplo, geral e irrestrito, porque geral e irrestrito só para eles, mas para o povo não, que foi amplamente discutido na Assembléia Legislativa, inclusive houve votos contrários, houve críticas, portanto estamos num processo democrático.

Essa é a argumentação que poderão usar amanhã ou depois.

No entanto, do jeito que estava o Orçamento poderão fazer o que bem entenderem. Tanto é que, há semanas atrás solicitava eu informação sobre o porquê da ausência no Orçamento de dotação de verba para a construção de uma rodovia. Nem precisou chegar ao Governador. O sub-Governador aqui dentro da Assembléia Legislativa, Deputado Werner Wanderer já informava de haver a verba, não no Orçamento mas não sei onde. Mas eles tiram verba de qualquer lugar. Por isso o Secretário de Planejamento sempre tem um fundo de reserva, tem fundos perdidos, tem superavits, tem mil e uma forma de dar um jeitinho para atender apetites políticos, para

atender comandos políticos.

Quer dizer, esse Orçamento que está aí, é como a Bíblia na casa daquele que se diz cristão, que está na casa apenas como adorno. É um adorno, é mais uma bola de Natal pendurada nesse presépio que é a democracia brasileira. E as vacas de presépio muitas vezes somos nós que estamos aqui em baixo fazendo o jogo. Uns são colocados na Oposição para criticar e outros são colocados na situação para votar contra, mesmo sem discutir.

Esse é o medo que eu tenho nobre Deputado, de nós estarmos incorrendo nesse erro fundamental. Eu às vezes penso se não seria bem melhor se nós pegássemos este tipo de análise que Vossa Excelência fez com tanto cuidado, com tanto esmero e com tanto esforço e o esmiuçássemos para levá-lo para uma democracia bem mais autêntica do amanhã.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte e concordo plenamente com as suas observações.

Mas eu tenho tentado e sei que Vossa Excelência tem também assim feito, tentado mesmo, não participar dessa farsa; ao menos ter consciência e persistir, a farsa que é hoje o Parlamento. E eu acho que aí é que está o segredo. A resistência vai abrindo flancos nesta barragem terrível do autoritarismo, da centralização, dos regimes ditatoriais, com seus adeptos e serviços.

Portanto, é por esta razão que ainda estou na tribuna e tenho vindo, para fazer dessas manifestações e dessas posições, um instrumento de resistência, inclusive para o foro íntimo. Porque também entendo e tenho dito e repito, hoje o Deputado Estadual, é o conceito que tenho transmitido à todos aqueles que tenho acesso: o Deputado Estadual é na verdade uma figura decorativa e só tem duas finalidades.

A primeira é ter uma ação consciente e ocupar espaços na opinião pública, para transformar esta sociedade; e a segunda, exatamente é usar do seu mandato, para ser um instrumento de organização e conscientização das forças populares, para alterar de qualquer jeito a estrutura deste País.

Não existem outras finalidades, na minha opinião, porque não aceito comando político, porque não aceito determinismo, porque não aceito pacotes, porque não aceito o argumento de que há inconstitucionalidade em qualquer político fazer emendas.

Porque a partir de 64 é que nós criamos a ilegalidade neste País. Porque arreventou-se o Congresso; substituiu-se a força política; acabaram-se com as prerrogativas do Parlamento. Ali é que houve subversão da ordem; ali é que existiu a ilegalidade. E encima desses argumentos de Revolução e outras coisas mais.

Nós estamos aí considerando inconstitucional, as coisas mais justas e sensatas que as vezes se criam por projetos de oposição e que as vezes sensibilizariam a Nação.

Até quando ficaremos de joelhos, num Congresso que chega ao absurdo de ferir-se, na sua própria consciência e no seu próprio ser, votando contra as prerrogativas que lhes dá o poder! E quem é o culpado? É a oposição? Por acaso é culpado o povo? Não. Meus amigos, os culpados são exatamente as forças políticas que sustentam este regime e este Governo, e que exatamente não estão preocupados em mudar muito. Talvez como qual Maria Antonieta, farão banquete até a última hora. Tomara que isto não aconteça, porque pensamos que ainda é possível mudar pelos meios pacíficos.

Mas, continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos uma outra emenda, nós que temos aqui tido a coragem de defender uma reforma agrária e que ontem mesmo nesta tribuna, ao analisar o Pró-rural, dizíamos porque de votar contra este projeto, porque entendíamos sê-lo na essência não modificador das estruturas.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquilo que não muda a estrutura não vai mudar.

Nós vamos continuar na verdade, aplicando verbas e fazendo planos, para combater os efeitos e não as causas.

Não há um setor hoje mais consciente e preparado e sério do País, da Igreja, da Intelectualidade, da contagem, da Federação dos Trabalhadores, dos Sindicatos, que não estejam defendendo a reforma agrária ampla; não há.

Ontem mesmo dizíamos que o próprio Bispo Auxiliar de Porto Alegre, num amplo debate na Assembleia Legislativa Gaúcha, na última semana, defendia urgentemente a Reforma Agrária. E dizia: ou ela será feita agora, ou será eleita pela violência pelo povo que está sufocado.

No entanto, quando nós vemos aqui na Secretaria do Planejamento, com 758 milhões de cruzeiros, em suas mãos, para programas e setores prioritários, nós ousamos fazer uma emenda, e jogar 50% deste valor no que? Num projeto de Reforma Agrária, porque temos no Paraná, mais de 3 milhões de hectares de terras agricultáveis e inaproveitáveis, inexploradas, conforme o senso do Incra de 1.978, e as publicações que estão agora começando a chegar.

Ora, se temos mais de 3 milhões de hectares de terras agricultáveis, e que está todos esse total inexplorado, nós não podemos aceitar, quando vemos Secretários do Governo e Líderes do Governo dizer que as fronteiras agrícolas estão ocupadas, que não tem mais terras para o reassentamento dos indenizados de Itaipu, que não temos terra para bóias-frias do Paraná, mas nesse mesmo instante, é o INCRA que nos estende o argumento sólido da existência de mais 3 milhões de hectares de terras agricultáveis e inexploradas no Estado do Paraná.

Por que não a Reforma Agrária?

Dirão porque a Reforma Agrária deverá vir de Brasília.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se este Governo, inclusive, tem como uma das suas sustentações o latifundiário, como é que vamos esperar que exatamente este Governo venha a fazer a Reforma Agrária?

Não acredito em Reforma Agrária com este regime e com este Governo que está aí, porque exatamente uma das sustentações deste Governo e deste regime é a classe latifundiária e ela jamais permitirá uma reforma e uma modificação na estrutura fundiária do País.

Então alguém tem que começar, e porque não o Estado começar?

Se tem 758 milhões de cruzeiros para setores prioritários, e a prioridade, hoje, no País, é a voz uníssona daqueles que têm uma visão clara, séria, mediata e imediata da vida social da Nação, de que é importante a Reforma Agrária, e temos aí, inclusive, Deputados do próprio Partido do Governo defendendo-a, não jogarmos 40% da verba constante deste código específico de "Apoio a Programas em Setores Prioritários" na implantação de um projeto de Reforma Agrária nesses setores latifundiários do Estado do Paraná.

Está aí a emenda que nós jogamos para o Instituto de Terras e Cartografia do Estado, exatamente porque ele tem entre suas atividades, entre o seu trabalho, promover "a legalização e solução de problemas fundiários, agregar novas massas populacionais ao processo produtivo e desenvolvimento do Estado, compreendendo regularização, atualização, reforma fundiária," etc, etc.

Ora, se o ITC tem esta função específica, vamos tirar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tirar da Secretaria do Planejamento e jogar naquilo que é realmente prioritário, hoje, que é a reforma agrária.

A Emenda n.º 5, Sr. Presidente, é uma emenda que nós chamaríamos a atenção, porque exatamente no enunciado programático desta disponibilidade de 5 bilhões e meio de cruzeiros, para a Secretaria de Planejamento, existe este

"apoio integrado ao pequeno produtor rural".

Há uma previsão, como disse antes, de 860 milhões de cruzeiros para um programa de "apoio ao pequeno trabalhador rural do Paraná". Está aqui, recursos do tesouro no Orçamento à disposição da Secretaria do Planejamento. Em que pese na disposição da EMATER, há 101 milhões de cruzeiros, no ITC há verba para isso, ainda temos aqui 860 milhões para um programa específico ao pequeno produtor rural, à disposição da Secretaria do Planejamento.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós temos todo esse valor, esses 860 milhões, porque não jogar exatamente para que a EMATER venha a ter grande parte desta verba e colocamos 40% para o apoio e assistência técnica ao pequeno produtor rural, aumentar os níveis de produção e índices de produtividade por área, através de uma série de medidas, é o que prevê a EMATER em seu enunciado programático, e tem uma previsão de 412 milhões. E a Secretaria do Planejamento, vem repetir, colocando 860 milhões num programa também dessa mesma ordem, análogo, similar, idêntico.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se há um programa especial, específico, vamos dotar essa verba e jogar para lá.

Na Emenda n.º 6 (seis), ousamos — novamente — requerer a inclusão de algumas obras rodoviárias específicas de nossa região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já disse aqui o Deputado Deni Schwartz e outros também, que quando vemos o Departamento de Estradas de Rodagem, em seu enunciado programático: rodovias alimentadoras, fase 2 Bide 2 — encontramos, lá no final, a velha história do enunciado amplo, geral e irrestrito: trechos a serem definidos. Há trechos a serem definidos, no Orçamento. Vamos defini-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que esse é o objetivo dos trechos a serem definidos, vamos propor definição de alguns deles. E até acredito que os Deputados do Oeste vão entender que esses trechos não poderiam estar como "possíveis de inclusão a serem definidos". Por exemplo: Toledo-São Pedro-Vera Cruz do Oeste.

Todos sabem dos problemas de São Pedro, Município que o Estado, através do banco oficial, conseguir atrapalhar, estragar sua vida rural, comunitária e urbana. Seria a hora de retribuir, fazendo essa ligação que é promessa do ex-Governador, conforme fez no Distrito em referência, de fazer a ligação São Pedro-Toledo-Vera Cruz.

Como também estamos ousando colocar, entre os trechos a serem definidos: Medianeira-Missal-Santa Helena. Uma maneira de retribuir, a Missal e a Santa Helena, especificamente, o que perderão de estrutura rodoviária, que hoje existe, como o lago de Itaipu. Porque sabemos que, praticamente, 250 Km de rodovias, na área do Grande Lago de Itaipu, serão inundados.

Portanto, está aqui uma intensão de incluir nos "trechos a serem definidos" Medianeira-Missal-Santa Helena; como também: Matelândia-Diamante do Oeste-Vera Cruz-Santa Helena.

Essa é a Emenda n.º 6, para incluir tão somente, nos "trechos a serem definidos". Porque, estamos cansados de ouvir, na nossa região, de que esse asfalto será construído, primeiro em 79, depois em 80 e, agora, nos "a serem definidos", em 81, 82 ou 83, porque vem aí a justificativa de que o Programa Plurianual é que haverá de decidir.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos aproveitar os "trechos a serem definidos" de uma área que precisa de fixação do homem ao campo e de, também, ter uma malha mais sólida para colocar a produção que ali existe.

A Emenda n.º 7, com ela, mais uma vez, pretendemos, utilizando os enunciados da Secretaria do Planejamento dos

Recursos sob a supervisão da mesma, fazer uma verificação de que o programa de apoio a setores prioritários, poderia ser utilizado uma parte da verba, por exemplo, 5 por cento, para o seguinte:

Vamos ler a justificativa: (Lê)

"O Orçamento encaminhado pelo Governo para o ano 1.981, deixa sob tutela da Secretaria do Planejamento uma verba a título de "apoio a programas e setores prioritários".

É consenso amplo de que a retificação do sistema de produção agrícola transformou-se em prioridade diante dos nefastos prejuízos provocados pela agricultura que se utiliza de processos, máquinas e insumos largamente aplicados no campo paranaense.

Justifica-se como PRIORIDADE a elaboração de um plano amplo, decidido após a participação de entidades e pessoas ligadas a novas propostas agrícolas, agrárias e agrônômicas, visando substituir as técnicas produtivas atuais, em todos os setores onde couber.

E nada mais justo que este projeto corra as expensas desta verba detida pela Secretaria do Planejamento, a título de prioridades em setores não muito claros.

Reconhecidamente, a agricultura sem uso de defensivos, venenos e toda parafernália agroquímica hoje implantada, e mesmo máquinas e implementos desajustados às nossas condições de produção, deve ser substituída por outra agricultura que privilegie processos naturais mais adequados aos interesses de nossa economia e, principalmente, à preservação de nossa ecologia e meio-ambiente, quadro hoje próximo a um desastre do ecossistema.

Estabelecer um programa especial que possa com a participação contributiva de todos os setores sociais interessados, ali onde estão organizados ou em organização, deve se constituir em META URGENTE do Governo para corrigir as graves distorções que observamos hoje no campo.

Afinal, NÃO PODEMOS mais admitir os diversos processos de degradação que estamos levando ao solo e ao homem do campo, bem como a destruição das micro-vidas da natureza.

Se na natureza não existe castigo, mas CONSEQUÊNCIAS, cabe — ANTES QUE SEJA TARDE — dar um basta à esterilidade do solo, vitrificação do mesmo, acelerada desertificação e tantos outros efeitos, todos causados pelo próprio homem, quando a serviço de interesses muitas vezes não confessados ou pelo consumismo de agrotóxicos e técnicas inaplicáveis às características da terra pátria e atropelando frontalmente os interesses maiores das atuais e futuras gerações."

Reconhecidamente, Sr. Presidente, a agricultura sem uso de defensivos, venenos e toda a parafernália agroquímica hoje implantada, e mesmo, máquinas e implementos desajustados às nossas condições de produção, deve ser substituída por outra agricultura, que privilegie processos naturais, mais adequados à nossa economia, aos interesses de nossa economia e principalmente, à preservação de nossa ecologia e meio-ambiente, quadro hoje próximo ao desastre do ecossistema.

Estabelecer um programa especial que possa contar com a participação contributiva de todos os setores sociais interessados, ali onde estão organizados e em sua organização devem constituir-se meta urgente do Governo, para corrigir as graves distorções que observamos hoje, no campo.

Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputado, eu até me reporto, esta nossa análise de suma importância, porque não podemos mais admitir os diversos processos de degradação que estamos levando ao solo e ao homem do campo, bem como a destruição das micro-vidas da natureza.

Se na natureza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se na natureza não existe castigo mas existem consequências, cabe,

antes que seja tarde, dar um "basta" à esterilidade do solo, à vitrificação do mesmo, à acelerada desertificação e tantos outros efeitos, todos causados pelo próprio homem quando a serviço de interesses muitas vezes não confessados ou pelo consumismo de agrotóxicos e técnicas inaplicáveis às características da terra Pátria, e atropelando frontalmente os interesses maiores das atuais e futuras gerações.

Sr. Presidente, se nós não tivermos da Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná, da Secretaria da Agricultura, a elaboração imediata de um projeto, de um plano, para se mudar o modelo agrícola que hoje temos, aonde iremos, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Mas nós colocamos a existência de um programa dessa categoria, após um amplo debate em que ouvirmos, por exemplo, Federações de Agricultura, Associações dos Agrônomos, e isso nós fazemos, não é por objetivo meramente de um interesse de, numa emenda dessa, fazermos média aos naturalistas ou a pessoas ligadas à ecologia, entendemos que o mundo inteiro está hoje se voltando, Sr. Presidente; na Alemanha Ocidental acaba de se constituir uma comissão para se, possível, criar-se um Ministério Especial de Agricultura Natural; os Estados Unidos acabam de publicar um trabalho extraordinário do seu Departamento de Agricultura para que, com a máxima urgência, se mude o modelo agrícola americano, voltando-se para uma agricultura natural.

Tanto isto é verdade, que, a Federação dos Agrônomos do Brasil promoverá, junto com a Associação Paranaense dos Agrônomos, no mês de março do próximo ano, um Congresso Especial de Agricultura Natural, aqui em Curitiba, porque, hoje, estão provados os fracassos, os desvios, os desequilíbrios ecológicos, os desafios que a natureza está impondo, exatamente por causa da existência de uma agricultura que gera todas as consequências, pela sua mecanização abrupta, uso exagerado de agrotóxicos e tantas outras técnicas inaplicáveis à nossa realidade.

Sr. Presidente, para se ter uma idéia, hoje, nós plantamos soja, por exemplo, em todas as áreas possíveis. O Governo, na sua ignorância peculiar e nata e pela sua má intenção de fazer deste País um produtor de produtos para exportação, no setor agrícola, o que é que gerou? Fez com que, entre outras coisas, tivéssemos nas regiões que plantam soja, como o nosso Oeste, que se acabassem inclusive com os poteiros, com os terreiros, com os galinheiros, com as hortas, com toda aquela infra-estrutura que existia para o consumo e subsistência própria, para a família do agricultor.

E hoje, se semeia a soja até da porta da casa do agricultor.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que vamos buscar nos Estados Unidos os modelos de tudo, já disse aqui e repito, lá está a causa do nosso câncer e logo lá nós queremos buscar remédio também. Mas, nem os remédios nós buscamos, porque nos Estados Unidos existe a Lei Declive, que não permite que se plante a soja em áreas com 4 graus de declive, devido ao problema de erosão e problemas que pode ocasionar o solo.

Por outro lado, nas próprias áreas norte-americanas de alto plantio, se faz a rotatividade e às vezes o próprio Governo subsidia e paga ao agricultor para ele não plantar, para que a terra descanse. Também nos Estados Unidos, tem outro sistema porque lá, em várias áreas de plantio, há um outro tipo de clima inclusive, com 6 meses de neve, de frio, que tem um poder muito grande de acabar com o residual tóxico e venenoso que tem o produto agro-químico.

Como nós temos outra característica de solo, como nós temos outros tipo de clima, em que não há aproveitamento e não há portanto, o processo de decomposição dos resíduos tóxicos, faz com que nós tenhamos hoje, conforme a Organização Mundial da Saúde, o consumo de 25 vezes mais,

o máximo permitido de residual tóxico nos alimentos. São dados da Organização Mundial da Saúde.

No entanto, nada se faz para se ter um programa sério de agricultura natural neste País, e neste Estado. Nós estamos propondo, ao menos a nível de idéia, que se utilize 40% de 700 e 30 bilhões de cruzeiros para um programa dessa espécie antes que seja tarde.

Mas, como convencer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tecnocracia que não é, como disseram há pouco aqui, que está em Brasília, está aí, está aí infernando o brasileiro nas Secretarias, inclusive de Municípios do Estado e da União.

Mas, além dessa tecnocracia que infestou, há também aqueles que não querem mudar a coisa, porque afinal de contas esse País hoje é o 3.º maior consumidor de produtos agrotóxicos do mundo. E, a Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, consome 90% do total consumido no País. E haja veneno, e haja produção, e haja soja para fazer toda essa política agrícola a serviço de grandes interesses, a rigor, multinacionais.

Esta é uma das emendas, n.º 7, Sr. Presidente, para não me estender muito, nas próximas emendas preferimos não fazer muitos comentários. Mas, a emenda n.º 8, por exemplo, nos obriga a analisar um pouco.

Porque existe mais uma vez recurso sob supervisão na Secretaria do Planejamento, para apoio a programas especiais, regionais, municipais e intersetoriais.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aqui nós temos Deputados do Oeste do Paraná que eu acho que precisamos abrir um pouco os olhos.

A Secretaria do Planejamento prevê um apoio a programas especiais, regionais, municipais e intersetoriais. Pois bem, Sr. Presidente, na nossa emenda, nós estamos exatamente propondo o PRODESIN — Programa de Desenvolvimento Integrado do Oeste do Paraná.

Sr. Presidente, o PRODESIN, não é idéia nossa e não estamos aqui para fazer uma cópia velada daquilo que a inteligência da nossa região está produzindo. É na verdade, uma proposta da Associação Comercial e Industrial de Toledo, e que foi encampada pela CACIOPAR, que reúne todas as associações comerciais do Estado do Paraná.

Pois bem, Sr. Presidente, se a Secretaria do Planejamento, tem 619 milhões, 157 mil cruzeiros, para um apoio a programas especiais, regionais, municipais e intersetoriais, está aqui para o Sr. Secretário e aqui fica um desafio aos Deputados do Governo, que levem esta proposta que não é do PMDB, nem de um home de Oposição, é uma proposta das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, que estão exigindo respeito pela sua capacidade produtiva e de trabalho.

Que se crie um programa de desenvolvimento integrado do Oeste do Paraná e esse programa faz parte da justificativa dessa nossa emenda, onde neste programa se traduziu artigo por artigo de como poderia ser feita essa iniciativa.

Entre os principais recursos para a manutenção, por exemplo, de um programa de desenvolvimento integrado proposto pelos comerciantes, industriais e lideranças do Oeste, defende-se o surgimento de uma dotação orçamentária, nunca inferior a 10% da arrecadação do ICM na região. E os incentivos fiscais correspondentes igualmente, 10% do mesmo ICM.

A proposta do PRODESIN seria exatamente a criação de um programa de desenvolvimento industrial integrado do Estado do Paraná, como entidade de direito público interno, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e natureza autárquica e circundada à Secretaria do Estado das Finanças.

Sr. Presidente, poderíamos analisar administração, patrimônio, os objetivos exatamente que são claros, financiar e custear a fundo perdido ou não a elaboração de estudos setoriais, perfis, programas, industrialização, pesquisas econômi-

cas e tecnológicas que interessam ao desenvolvimento estadual para serem desenvolvidos especialmente em regiões de alto índice de produtividade agrícola e baixa densidade industrial, gerando indústria, criando empregos, retendo a riqueza lá para que não haja descapitalização, que o dinheiro não vá para outros Estados ou vá para o Paraguai e que o elemento humano também fuge junto, sai o capital, sai o capital social.

Portanto, Sr. Presidente, está aqui uma proposta que eu desafio e que deixo aqui uma proposta que esta Assembleia, que as bancadas assumam a defesa. Que os Deputados do Oeste em uníssono defendamos, que a Secretaria de Planejamento use parte de 619 milhões de cruzeiros que é um programa especial que tem aqui para apoio a programas especiais regionais, e coloque em prática aquilo que está pedindo toda uma região.

Se quiserem indeferir e não aprovar a emenda, mas que se exija que o Secretário de Planejamento coloque em prática. Porque fazem dois anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o PRODESIN está aí sendo posto como idéia pelas associações comerciais, ficou por isso mesmo.

Até esta Casa já encaminhou essa sugestão à Secretaria do Planejamento, e ao que sei, não tivemos nem ao debate e discussão da idéia. Aliás, para que se o tecnocrata coloca aqui e depois distribui conforme os interesses até políticos, possam existir. Isso é dedução minha.

Bom, Sr. Presidente, a emenda n.º 9 eu estou chegando ao final, prevê também que a programação especial para desenvolvimento econômico social possa integrar aonde for possível desenvolver pesquisa genética de variedades novas no setor agrícola, no que diz respeito a produtos necessários à alimentação, face crises como a de feijão, sendo que uma das causas da sua pouca oferta ao consumo é a inexistência de semente para plantio.

Hoje não há quem duvide de que um dos grandes problemas da ausência de feijão é também a ausência da semente. Mas como, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existir sementes se não há um programa de pesquisa genética dessa cultura. Porque afinal de contas feijão não é para exportar. Para a soja tem dinheiro, e a IAPAR tem dinheiro para pesquisar soja em diversas variedades. Mas eu pergunto: Tem dinheiro para pesquisar geneticamente semente de feijão?

É o Governo colocado à disposição de uma estrutura de mercado, mercado de economia de escala para atender interesse de comércio, de internacionalização da nossa economia. Para a soja há dinheiro para pesquisa. Mas não há planos claros, definidos e verbas suficientes para pesquisar geneticamente a semente para nós termos uma produtividade adequada de feijão.

Ah! Mas feijão é para consumo interno. Afinal de contas este País fazem 10 anos que produz dois milhões de toneladas de feijão, sem aumentar a produção. Mas este mesmo País nestes últimos 10 anos aumentou de um para 16 milhões de toneladas a produção da soja. Mas a soja, Sr. Presidente, é também para alimentar as vacas da Europa, para depois nós importarmos leite em pó como fizemos em setembro, 50 mil toneladas.

Então está aí uma proposta concreta de se colocar 15% dessa verba de 656 milhões de cruzeiros conforme o programa especial para desenvolvimento econômico e social que prevê aqui, de se colocar 15% mas com uma destinação específica: ao IAPAR para pesquisar geneticamente sementes de feijão.

É uma idéia, é uma proposta concreta.

Sr. Presidente, a emenda n.º 10 é uma emenda muito doméstica que prevê uma verba de dois milhões de cruzeiros para a Fundação Educacional de Toledo. Afinal de contas se tantas fundações aqui existem, com dotações, porque

não incluir uma outra, com dotação?

A mesma coisa, a Fundação Faculdade Arnaldo Busato, de Toledo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda n.º 11, a Emenda n.º 12, e estou chegando quase ao final, finalmente para muita gente; nós ao menos colocamos a nível de discussão, 30 por cento da verba constante no Programa Especial Para Desenvolvimento Econômico e Social, naquele setor para a valorização do professor.

A aplicação de tal acréscimo de numerário para minorar os dramas salariais do professorado de 1.º e 2.º grau, é o que nos propusemos. Porque afinal de contas, Sr. Presidente, a Secretaria do Planejamento tem um programa especial que prevê uma dotação de 656 milhões de cruzeiros. A Secretaria do Planejamento; não estou falando da Secretaria de Educação.

A Secretaria do Planejamento tem uma previsão de 656 milhões de cruzeiros, para programa especial de desenvolvimento social, onde entre outros enunciados prevê: Auxílio à Educação e Cultura. A Secretaria do Planejamento.

Porque então não jogar 30 por cento deste valor, exatamente para aquele, para auxiliar o programa de infraestrutura básica, de apoio a primeiro e segundo graus do professorado paranaense, inclusive na questão da situação salarial.

Portanto, que seja ampliada a dotação ao setor que mais está crítico na educação no Paraná, o professorado descontente.

Afinal, o professorado descontente, significa 50 por cento de qualquer programa educacional já em fracasso. E atendendo inclusive, uma sugestão que tivemos neste sentido e do Líder da Maioria que disse ao Deputado Fiori Luiz: Ele é um dos subscritores dessa emenda, que o Orçamento está aí, porque Vossa Excelência não faz uma emenda para melhorar o salário dos professores. Pois a emenda está aí. Ah! ela é inconstitucional? Quem é que diz? A Revolução de 64?

Sr. Presidente, nós temos ainda as emendas n.ºs 13 e 14, que são as últimas.

Concluo este aspecto das emendas, prevendo 20 por cento da verba que a Secretaria de Planejamento tem para um programa especial dedicado à qualidade devido ao paranaense, mais o atendimento primário e emergencial à saúde da população mais carente.

Sr. Presidente, o Governo Municipal de Curitiba, tem um projeto, para implantar, por exemplo, o atendimento emergencial com a criação de mais de 50 núcleos de atendimento de saúde; postos de saúde mais ampliados, para exatamente atender este aspecto emergencial. Este projeto está engavetado por falta de condições financeiras.

O Estado tem que hoje assumir a saúde preventiva. E essa é a que menos se faz em todo o País. E portanto esta nossa proposta, para não discutir com detalhes e para não trair também a pretensão de um Governo, de um programa de valor social, é que nós propusemos 20 por cento desta verba da Secretaria do Planejamento, para um programa especial, para atendimento preventivo e emergencial aos menos carentes deste Estado.

E a última, Sr. Presidente, é de que nós temos na Secretaria do Planejamento, no enunciado programático de Programa Especial de Mobilização Energética, 576 milhões de cruzeiros, à disposição da Secretaria de Planejamento, para programas especiais, de mobilização energética.

Pois bem, nós estamos aqui fazendo a proposta, para a implantação urgente de um programa, utilizando bio-massa em especial, para bio-digestores para consumo doméstico e para gerar a infraestrutura de insumos do homem do campo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A referência a esse programa nós nos inspiramos num País que resolveu grande parte do seu programa energético rural, que é exatamente a China.

A China, muito antes de se falar em crise do petróleo, na década de 50, iniciou o programa para a criação de 7 milhões e 600 mil usinas de biomassa, de biogás. E hoje, aquela Nação, que possui exatamente 10 vezes mais a população brasileira, tem, praticamente solucionado a questão da energia rural, problema de energia elétrica no campo, através, principalmente de 7 milhões e 60 mil usinas de biogás, e lá exatamente poderíamos ter uma inspiração de fazer um programa piloto, extraordinário, urgente, claro e definido para as regiões mais carentes do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós na verdade, somos obrigados, devido à ausência de tempo, a ter que encaminhar alguma coisa na hora da votação para, tão somente, fazer a conclusão que tínhamos que aqui fazer e não foi possível por falta de tempo.

Não aceito de que devemos continuar pelo resto do tempo, dizendo que tudo é inconstitucional — até porque esta Casa já aprovou projetos inconstitucionais, mas interessava ao Governo, e por isso foram aprovados.

Sr. Presidente, agradeço até a benevolência de Vossa Excelência e entendo que, ou o Parlamento assume a sua independência de fato, antes até de direito, ou é melhor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós irmos para a praia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 136/80.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado Antônio Facci, para discutir.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ouvimos serenamente os debates e os pronunciamentos dos Deputados que falaram sobre a proposta orçamentária do Estado para 1.980, bem como os Deputados que usaram da palavra anteriormente, em outras sessões, para discutir o Orçamento Plurianual de Investimentos.

Todos sabem, gosto desta matéria.

Dedico-me, há alguns anos, a proceder estudos e a procurar influir nestas propostas de uma maneira ou de outra.

Tenho, sempre, no entanto, tomado um cuidado: de não imputar sobre quem não tem culpa, a origem das dificuldades que o Parlamento brasileiro está enfrentando para opinar sobre matéria orçamentária.

E, há poucos instantes, ouvimos o Deputado Nelson Friedrich a fazer uma afirmação "que os problemas com a participação legislativa no processo orçamentário começaram depois de 1.964."

Há que se fazer um reparo para que se faça justiça, sem que se defenda a revolução, ou sem que se isente de culpa os homens que estão hoje no Poder Executivo Nacional.

Mas, as dificuldades que se iniciaram de participação do Poder Executivo nas Leis Orçamentárias, começaram em 1.963 quando da gestão da Lei 4.320, que foi aprovada por um Congresso Nacional livre, com plenas garantias constitucionais, e sancionada dia 17 de março de 1.964. Teve a sua tramitação iniciada em 63. Estabelece a Lei n.º 4.320, normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com as disposições constitucionais, já na época.

Verifica-se que todo o período da gestão da referida lei, sua origem, discussão, aprovação e entrada em vigor, deu-se em período de plena liberdade constitucional em nosso País, tanto que ela obteve o debate, o encaminhamento de votação, manifestado pelo voto favorável, e pronunciamentos, de

ilustres homens públicos de nossa Pátria, tal como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Almino Afonso, Léo de Almeida Neves, Nelso Maculan etc.

Portanto, o mal existe, de distanciamento do Legislativo, mas ele existe de outros tempos, além deste período revolucionário que atravessamos.

Entendo que a participação do Deputado, neste período negro, como se costuma chamar, que vivemos no Legislativo, deve ir muito além do que opinar.

É verdade que nós, aqui, castrados em nossos poderes, podemos fazer sugestões, apresentar pareceres, fazer, como por exemplo, no Orçamento Geral deste ano, que teve o voto contrário dos Deputados oposicionistas que fazem parte da Comissão de Orçamento, propor soluções novas, como propôs o ilustre Relator, e, por sua vez, a Comissão de Orçamento, porque a Comissão adotou esse Parecer, o Orçamento-programa-interativo.

E o que quer dizer Orçamento-programa-interativo?

Constitui valioso instrumento de Governo, da administração e de chefia, cujos potenciais não estão inteiramente aproveitados.

O não aproveitamento pleno desse instrumento, decorre, em grande parte, da aplicação de metodologia operacional que não tem favorecido uma maior participação dos diversos escalões, notadamente intermediários, na ingente tarefa de definir prioridades. O que provoca, em contrapartida, uma excessiva concentração de responsabilidades sobre os níveis maiores de governo, sob os quais repousa, exaustivamente, o processo decisório.

Em consequência, a elaboração orçamentária não tem possibilitado, através de adequada descentralização de competência, uma eficiente realização do Governo, aceitando como fatos consumados, a repartição de muitas atividades sem uma ponderação maior quanto à sua validade e eficiência.

Tal prática, indissociável desvio de fundamentos básicos da técnica do Orçamento por programa se agrava no instante em que há carência cada vez maior de recursos financeiros, frente aos legítimos reclamos da comunidade, exige em cada gasto. E justifica ainda mais amplamente pelos benefícios que ensejará o menor custo possível.

Diante dessas dificuldades, a imaginação criadora deve socorrer os governantes, no sentido de encontrar caminhos novos a conduzir o Estado à correção de falhas detectadas e orientando a ação do Governo no sentido de que, em seu bojo, sejam geradas condições propícias a uma gestão orçamentária e financeira que garanta o máximo aproveitamento dos recursos, recursos disponíveis.

Urge porém prática uma nova metodologia, que concebida exatamente para recolocar o Orçamento-Programa em sua verdadeira desejada trajetória, transforme-o definitivamente em efetivo e eficiente instrumento de governo-administração e chefia.

Isto quer dizer que, a Comissão de Orçamento desta Casa, ao adotar o voto do Parecer do Relator Agnaldo Pereira Lima, foi buscar o melhor assessoramento possível para garantir, a essa Comissão, uma efetiva participação, uma participação séria num processo de melhoria de participação legislativa neste projeto, e principalmente em todo o transcorrer da vida legislativa do Estado, nas mudanças que podemos operar no Executivo e na vida pública e política brasileira.

Observamos com carinho, o voto em separado e eu lamento dizer aos Srs. Deputados signatários de emendas, que não vi, em nenhuma oportunidade, no Parecer, nenhuma citação dos Srs. Deputados que votaram em separado e propuseram o voto em separado, a existência sequer, de emendas apresentadas pelos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, portanto, como Presidente da Comissão, entendi que o voto em separado se referia apenas à condição que foi apre-

sentada naquele voto, concordando plenamente todos os membros da Comissão com a rejeição das emendas, na Comissão de Orçamento. Porque o desejo de votar diferentemente do Relator, foi manifestado por escrito e esta manifestação não incluía a aprovação de emenda dos Srs. Deputados que já citei.

Com referência a tramitação de emendas, já vi, já disse, de, quando é a Lei 4.320. Infelizmente ela é mais velha do que a nossa participação e da maioria desta Casa, no processo político brasileiro.

Vamos ver a Constituição Estadual, Artigo 35: "É de competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis Orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo autorizem, criem, ou aumentem despesa pública".

Parágrafo 1.º — "Não será objeto de deliberação, a Emenda que decorra em aumento de despesa global de cada órgão, fundo, projeto ou programa ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo".

Parágrafo 2.º — "Os projetos de lei referidos neste artigo — o Orçamento — somente receberão emendas, nas Comissões, sendo final o pronunciamento das mesmas, salvo se 1/3 dos membros da Assembléia Legislativa requerer a votação em plenário, da emenda aprovada ou rejeitada".

Foi o que ocorreu, nesta oportunidade.

A Lei 4.320 que representa a seqüência de um processo de aperfeiçoamento de instituições orçamentárias e contábeis iniciados no Brasil com os Decretos 1.804 de 24 de novembro de 1.939 e 2.416 de 17 de julho de 1.940, neste desenvolvimento ela se distingue não apenas em virtude de ser votada pelo Congresso Nacional, que os anteriores eram Decretos-Leis, como por uma série de inovações introduzidas no conceito e na operacionalidade dos orçamentos e balanços públicos, no Brasil — opinião do Professor Clodoaldo Pinho Filho, Técnico Orçamentário com um dos mais altos conhecimentos deste País.

Art. 33 da lei:

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Antônio Facci, solicitei este aparte, apenas para fazer uma observação às colocações de Vossa Excelência, com respeito ao voto em separado da qual somos signatários juntamente com o eminente Deputado Deni Schwartz, da Bancada do PMDB.

Está explícito no voto, que inclusive foi publicado em separado, que circulou, entrou em plenário, por todos os Srs. Deputados, onde no item 2, ontem fomos claros de que a Constituição em vigência, impossibilita a participação do Legislador ao proibir praticamente qualquer tipo de emendas.

Está intrínseco, porque é que nós deveríamos chover no molhado, temos que trabalhar em cima de fatos concretos. Existe o fato concreto de que as emendas são inócuas, esse Poder é um Poder sem Poder.

Então, de nada adianta ficar jogando confete, dizendo que as emendas são bonitinhas mas não podemos fazer nada, acho que temos de ser realistas como fui realista, eminente Deputado Antônio Facci, naquela reunião da Comissão de Orçamento, quando fiz aquela proposição que em vez de ficarmos votando paliativos, de tomar medidas paliativas, como aquela de nomeação de um funcionário de cada gabinete, de cada Sr. Deputado para receber determinada verba por ser membro da Comissão de Orçamento. Eu expus naquele dia o meu pensamento de que não podemos trabalhar em cima de paliativos, temos que trabalhar em cima de fatos concretos.

E, um fato concreto que eu apresentei, era que esta

Casa toda se unisse, e que votássemos uma emenda constitucional alterando a Constituição e darmos o 13.º salário a todo o funcionalismo do Estado do Paraná.

Isto é uma medida concreta que eu propus e que espero que Vossa Excelência ainda seja portador desta proposição, evidentemente, que Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Orçamento do Partido Situacionista, que comanda aquela Comissão, que tem essa prerrogativa que nós apoiaremos incontinentemente, para gáudio e para regozijo de todo o funcionalismo do Estado do Paraná.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O aparte de Vossa Excelência muito me alegra. Eu fiz a observação, porque entendi quando disse que entendi que a Comissão aprovou por unanimidade, eu não esperava outra atitude de Vossa Excelência, em vir a público e dizer que realmente votou contrariamente às emendas. Porque elas são inócuas, Vossa Excelência sabe e nós sabemos.

O Sr. Darcy Deitos — Acontece que não existe poder para os Deputados.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Perfeitamente, Sr. Deputado, vale na condução deste debate. Exatamente, aproveitar as idéias do Deputado Nelson Friedrich e, muitas emendas apresentadas. E por que não, quando ele traz para esta tribuna, um manifesto de uma associação comercial e diz: "espero que os Srs. Deputados levem ao Governo do Estado esta manifestação". Nós estamos dizendo com alegria isto, mas, o voto tinha que ser coerente, cabia o direito a um terço como cabe nesta Casa, chamar para o debate no plenário.

Mas, eu entendo que coerente também, deveria ser a condução na Bancada, na apresentação de determinadas emendas. Vamos analisar as emendas e veremos que não tivemos, com os dois Deputados da mesma bancada, não tivemos coerência nestas emendas.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente, Deputado Antônio Facci, votamos serenamente, demos o parecer sereno, de nada adianta ficarmos jogando confete, eminente Deputado. Temos que trabalhar em cima de fato concreto, gostamos de discutir em cima de fatos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado, concordo plenamente, está posto este fato. Tanto é, que emendas apresentadas anteriormente nunca se modificou programas. Faço a análise das emendas, menos inviáveis.

Difícil seria apreciar e discutir cada uma das emendas apresentadas, visto que são em n.º de 14, 13 do Deputado Nelson Friedrich e uma apenas, a 1.ª de autoria do Deputado Gernote Kirinus; "A legislação pertinente e já declinada e exaustivamente debatida, por todos os parlamentos estaduais, municipais e federal, nega amparo legal a todas elas.

Mesmo porque, com exceção da n.º 6 que procura modificar apenas o enunciado programático, permitindo ao menos discussão da mesma, modificam programas, projetos, atividade e órgão. Transfere dotações de um órgão para outro. É flagrantemente inconstitucional, modificando inclusive o montante, a natureza das referidas dotações orçamentárias, fato inteiramente vedado pela legislação em vigor ao Poder Legislativo, o que é lamentável.

Mas vamos à análise da primeira emenda.

Pretende o Deputado Gernote Kirinus, cancelar o contido no Código 1.01.01, referente à Assembléia Legislativa. Que esta dotação passe a compôr o código do mesmo órgão referente a cargos com inativos, pensionistas da Assembléia Legislativa que já tem destinação específica e adequada.

O que pretende o ilustre Deputado é extinguir, ativi-

dades no processo legislativo. O Deputado Gernote Kirinus na emenda propõe: o cancelamento de um código de processo legislativo na ordem de 586 milhões 391 mil cruzeiros.

Todos os Deputados aqui vivem correndo atrás de melhor assessoramento. Mas vejamos a dotação cancelada: propiciar meios para viabilizar atividades essenciais do Poder Legislativo, proporcionando aos 58 Deputados assessoria técnica-administrativa sobre a deliberação dos mesmos; atendimento a pessoas carentes; concessão de bolsa de estudo, etc.

Prover os meios necessários para a execução das seguintes tarefas: legislar em consonância com as disposições constitucionais; executar o serviço administrativo de atividades de apoio necessário ou regular; funcionamento do órgão — por intermédio da gestão de recursos ou materiais. Dar atendimento assistencial a aproximadamente 25 mil pessoas carentes de recursos materiais e subvencionar entidades assistenciais. Conceder 800 bolsas de estudos a estudantes comprovadamente necessitados. Prestar cobertura à execução de despesas com pagamento de 58 Deputados, 508 efetivos, 148 comissionados, 58 contratados e 25 adidos. Prestar assistência médico-hospitalar aos servidores da Assembléia Legislativa.

Na justificativa o Deputado Gernote Kirinus faz menção que esta emenda ele pretende apenas extinguir a verba de concessão de bolsa de estudo. O que não faz com que a Comissão de Orçamento, ou qualquer Comissão Técnica, ou qualquer Deputado tenha a obrigação de entender que a justificativa é que faz a matéria. Terá sempre que ser límpida, pura, fácil de entendimento para que possamos livremente e com facilidade entender a proposição do Deputado.

Nesta proposição foi infeliz, mesmo até na intenção e na justificativa.

Porque vejam bem: enquanto o Deputado Gernote Kirinus na justificativa diz, entre outras coisas, "não entendemos como justa medida de concessão de bolsas de estudo a tão somente 800 estudantes". Mais abaixo: "Entendemos que o Governo pode e deve fazer muito mais em prol dos estudantes carentes, já que esta é uma obrigação do Estado e não com languidão colocar-se na condição de doador de migalhas", como se no projeto orçamentário não tivesse outra dotação consagrando auxílios e consagrando atendimentos as pessoas carentes e estudantes carentes, encontramos...

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Antônio Facci, em primeiro lugar eu gostaria de observar, se houve falha técnica na elaboração da emenda, deve-se isso a que muitos parlamentares nossos aqui, não têm curso superior de advocacia, como é o meu caso.

Me formei em Teologia. E procurei assessoramento junto ao GATE, para o qual inclusive esta verba aqui, que Vossa Excelência no seu total, tem dotação. Portanto a falha técnica na elaboração da emenda acho que é uma falha inclusive de orientação, que o Deputado tem, nesta Casa.

Em segundo lugar, nobre Deputado, se realmente existe dotação orçamentária, para assistência ao estudante, essa, segundo o nosso entender, e segundo a nossa justificativa, deve suprir inclusive a tal ponto que dispensa a intervenção do Deputado, num aspecto que é da responsabilidade do Executivo.

Não é função do Parlamentar distribuir bolsas, presentinhos, como se fosse o Papai-Noel. Inclusive é um atraso, porque este Parlamentar e...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu gostaria de interrompê-lo e prosseguirei no diálogo com Vossa Excelência com muito prazer, para fazer uma observação.

Com o voto favorável de Vossa Excelência e de toda

esta Casa, fizemos aprovar uma resolução no ano passado, que tomou o número 172/79 que exatamente proibia os Srs. Deputados, de fazer da distribuição de bolsas de estudos presentinhos, porque estabelecia e estabelece condições para aqueles que são realmente mais carentes, para receber as bolsas de estudos.

Continua em aparte, Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Tenho a impressão que isto é tão inócuo, quanto à emenda que estou apresentando.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pode ser na opinião de Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — No entanto, acredito, nobre Deputado, inclusive no início deste ano, desta tribuna, mudei meu parecer. E feliz acho que é o homem que consegue revogar inclusive seus princípios mais arraigados, quando reconhece de sua consciência que estão errados.

E cheguei à conclusão, de que eu, de forma nenhuma, nunca estive na situação de fazer discriminação de pessoas. Mas com esta dotação de bolsas de estudos, de repente, tenho que fazer discriminações. Tenho que dizer a um que me vem pedir bolsas, de que pode e a outros que não pode. E de necessitados, este Paraná está cheio.

Portanto, se fossemos realmente, sem discriminação atender a todos, essas bolsas são apenas uma gota d'água no oceano.

Portanto, não temos nós Legisladores, obrigação e nem assumo a responsabilidade de responder pela deficiência de ensino no Paraná. Pela ausência de ensino gratuito.

E é por esta razão que acredito que nós Parlamentares devemos nos ater às nossas funções, votar pelas nossas prerrogativas e não aceitar esses presentes gregos que vêm do Palácio.

E esta é a razão...

O SR. ANTÔNIO FACCI — Concordo com Vossa Excelência em parte e quero dizer, que a situação precária no ensino do Paraná, se encontra no quadro geral dos Estados da Nação Brasileira, na seguinte posição.

E faço a média apenas de 10 Estados, porque não tenho os outros números: Participação percentual, das despesas com educação nos Orçamentos Estaduais.

Amazonas — 22,3 por cento;

Bahia — 11 por cento;

Ceará — 12 por cento;

Espírito Santo — 14,8 por cento;

Mato Grosso do Norte — 8,5 por cento;

Paraná — 25,4 por cento;

Pernambuco — 14,4 por cento;

Rio de Janeiro — 9,3 por cento, Governado pelo PP;

Rio Grande do Sul — 15,5 por cento;

São Paulo — 17,0 por cento.

Verifica-se, portanto, que nosso Estado realmente definiu como meta básica a educação, pela dotação orçamentária; pela escolha da prioridade, 25,4%. Sendo apenas acompanhado de perto, pelo Estado do Amazonas, com a dotação de 22,3%, levando-se em consideração, que do total alocado como reserva de contingência, ou seja 6,5% do Orçamento Estadual, deverão ser aplicados em pessoal. E que nesta rubrica, a Secretaria da Educação tem parcela substancial, queremos então, efetivamente, participação aproximada de 30% no Orçamento do Estado, pela função educação.

Portanto, eu concordo com Vossa Excelência quanto estamos mal. Nós não podemos admitir nem continuar tendo universidades estaduais caras, difíceis para que nossos filhos as frequentem. Há uma dificuldade muito grande para que

nós possamos levar a educação a todos os jovens.

Há uma luta nacional da UNE, de todas as entidades de classe, de todo o povo brasileiro, enfim, para se dotar o Orçamento da União com 12% para educação.

Alguns Estados como o Rio de Janeiro, Mato Grosso e Bahia, estão abaixo dos 12%, o Ceará em 12% e o Paraná a 100% a mais do que os 12%. Estamos longe da perfeição, Sr. Deputado, mas estamos melhores do que muitos Estados do Brasil.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência poderia me informar quantos por cento destinados ao Rio Grande do Sul vão às universidades e faculdades, e quantos vão ao Paraná? Quantas universidades federais tem no Rio Grande do Sul e quantas no Paraná?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu tenho a informação para Vossa Excelência.

A participação de 25,4% inclui a participação de cerca de 1,5% da Universidade, voltamos para 24% aproximadamente. Portanto, ainda é uma grande participação. Ou quer Vossa Excelência que o Estado do Paraná, por não ter universidades federais em nosso interior, deixe os filhos dos homens do interior sem escola? O Governo do Estado do Paraná está aplicando e precisa aplicar no ensino superior de 3.º grau. Ou nós fazemos, ou ficamos defasados sem condições de trabalho.

Já criticamos e continuaremos a criticar a não federalização de nossas entidades. Deveria ter sido feito e deverá ser feito no futuro. O que não se admite é criticar que o Estado destine parte de sua verba de educação para o ensino de 3.º grau. Quer dizer que Maringá, Ponta Grossa e Londrina não podem ter universidade?

E há outra incoerência, nobre Deputado.

Se é tão decantada esta participação, se é tão ruim esta participação, o porquê de uma das emendas do Deputado Nilton Friedrich destinando verbas para a Fundação Educacional de Toledo, e uma outra para a Faculdade Arnaldo Busato?

É porque ele entende que isto é um mal necessário, mas é necessário.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Queria dizer a Vossa Excelência de início, porque são muitos os argumentos que nós precisávamos levantar, de que o fato da lei orçamentária ter as suas restrições a possíveis emendas atuações do Parlamento, lei essa de 17 de março de 1.964, precisamos efetivamente é ponderar de que, muito pior do que está na lei é o que está na Constituição. Amplia mais a coisa.

E o que é mais grave: é que me parece se houve um erro da lei, nós não podemos em continuando no erro, considerar que tal fato é irreversível.

Portanto me parece que este argumento falece, porque não se justifica o formalismo exagerado que possamos ter, quando a Nação inteira está esperando da classe política em particular, mais ousadia, mais presença, que nós não sejamos exatamente os primeiros a quebrar este formalismo através da prática, através de fatos concretos, para, de uma vez por todas, se não vem de cima que venha de baixo; se não vem do Poder Executivo, que saia das Câmaras de Vereadores e das Assembléias Legislativas, a força propulsora para alterar este drama que hoje tem o Parlamento Brasileiro, a partir de 1.964 mais ainda, em não permitir que o legislador, realmente, possa legislar.

Tínhamos três funções, hoje só temos uma e ainda muito mal conduzida.

Por isso, me parece, que Vossa Excelência poderia ponderar e analisar esse aspecto.

Por outro lado, pretendo, neste instante, solicitar ao Deputado, autor dessas três emendas, que justifique, consciente de que elas poderiam estar eivadas da inconstitucionalidade. Mas, também consciente de que precisamos quebrar esse círculo vicioso de ausência de prerrogativas e de poder, porque se não fizermos, não virá a prerrogativa, muito menos o poder do legislador, de fazer projetos que implicam em modificação de despesa e receita.

Exatamente por isso, gostaria que Vossa Excelência me dissesse: por quê a Secretaria de Planejamento tem sob sua supervisão, uma verba de 5 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, praticamente 10 por cento do Orçamento do Estado, repetindo, em seus enunciados programáticos, uma série de programas que já estão definidos nas secretarias específicas, nas unidades orçamentárias.

Por que, uma secretaria passa a ter esse amplo poder de ter, sob sua tutela, 5 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, quando entendemos que, além de ser um exagero, coloca todos os vereadores, prefeitos, deputados, demais secretários, o povo do Paraná, sob a tutela de uma secretaria de Estado?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Há que se procurar responde, se possível, de duas formas, a solicitação do Deputado Nilton Friedrich.

A primeira, quando ele diz que há que se iniciar nas bases. Que há que se iniciar o movimento nas câmaras de vereadores.

E este movimento iniciou-se numa Câmara Municipal do Paraná, alguns anos.

Rejeitando a proposta orçamentária, enviada àquela Câmara por um prefeito municipal.

A Câmara rejeitou e o prefeito usando não da definição constitucional, porque não encontramos nela, promulgou a lei de acordo com a proposta que havia enviado.

A Câmara foi à Justiça com um mandado de segurança e suspendeu a vigência do Orçamento. O prefeito apelou para as Câmaras Superiores e teve ganho de causa. Administrou com um orçamento não votado. Prefeito que já foi vereador, deputado estadual e agora federal, Nivaldo Krügger.

Portanto, nem todos os homens que ao serem legisladores, ao defenderem uma tese, agem da mesma maneira quando estão no Poder Executivo.

Quanto à participação da Secretaria do Planejamento com uma dotação ...

O Sr. Nilton Friedrich — Apenas para dar um esclarecimento: o Prefeito de Toledo fez a mesma coisa. A Câmara foi à Justiça e o Tribunal, aqui, e até por uma questão de ética não vou citar o nome do Relator, deu ganho de causa ao Prefeito.

Então, não é só no Legislativo que está sem força, mas o Executivo consegue até ter as benesses decisórias do Judiciário.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Apenas precisava deixar claro meu posicionamento para que não se deixe a impressão — como sempre se diz — que é o PDS que faz sempre determinado tipo de ação, que impede o funcionamento de legislativos, e que não deixa, de maneira nenhuma que os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados Estaduais tenham uma participação efetiva no processo.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Mas aqui temos um fato concreto; a maioria situacionista, ao dar o seu voto sobre o Orçamento anual de 1971, foi "ipsis literis" pela sua desaprovação!

O SR. ANTÔNIO FACCI — E nós podemos dizer ao nobre

Deputado, que ele acabou de dizer, num outro aparte, que devemos atuar sobre fatos concretos. Qual é o fato concreto na política orçamentária? A determinação do artigo 33 ou 35 da Constituição Estadual e a Lei n.º 4320. Podemos, isto sim, produzir emendas, pronunciamentos e encaminhamentos, propor direções — válidas, perfeitamente válidas — e eu estou cansado de ouvir desde menino que, pecado não é errar; pecado é insistir no erro, e é por isto que vim a esta tribuna, aceitei a tramitação da emenda do Deputado Nilton Friedrich, quando feria perfeitamente todos os dispositivos constitucionais, e tendo poderes, de acordo com a Resolução n.º 17 — se não me engano, fogue-me aqui o número da Resolução — de simplesmente arquivar, porque feria preceitos constitucionais. Permiti, como Presidente, a tramitação de todas as emendas, por entender que as idéias devem ser debatidas não apenas na Comissão, mas também no Plenário, mas vim a esta tribuna para dizer que o erro constitucional não deve ser repetido. Esta vinda das emendas para o plenário, é direito regimental, mas, elas deveriam ser feitas, apenas as emendas que não ferissem nenhum preceito constitucional. Vossa Excelência foi claro em seu voto, e repetiu: "Estamos laborando, com os pés no chão". Eu sei perfeitamente disso. O debate é preciso ser feito.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência poderia me dar o prazer de saber desse valor de cinco bilhões e meio que o Sr. Secretário do Planejamento tem sob sua tutela?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu procurei aqui a participação percentual da Secretaria do Planejamento, e Vossa Excelência elaborou um pequeno erro — era de 5%?

O Sr. Nilton Friedrich — Não, é mais.

O SR. ANTÔNIO FACCI — A Secretaria do Planejamento está com o Orçamento em torno de 10,9% do Estado. A forma de desenvolvimento de um governo reflete-se na atuação das Secretarias, mas não pode negar o Deputado, que todos os programas por ele aventados nas emendas, e da tribuna, todos sem nenhuma exceção, foram contemplados; já estavam contemplados no Orçamento do Estado do Paraná. Portanto, pode ser que com menos ou com mais determinação, pode ser que com maior ou menor entusiasmo para determinada área, mas o Governo do Estado do Paraná sob a liderança determinada do Governador Ney Braga, já havia direcionado, para todos os setores pretendidos pela Oposição através de suas emendas, valores, recursos próprios, para desensolver as Secretarias de Estado, e parece-me esta, a mais visada, a Secretaria da Agricultura fez uma programação e o Governo, além da programação efetuada pela Secretaria da Agricultura, deixa à disposição na Secretaria do Planejamento, a maior soma de recursos para atender, quem sabe, as eventualidades que possam ocorrer...

O Sr. Darcy Deitos — Atender politicamente.

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... com a dificuldade, com o carinho que devem ser tratados todos os problemas do Paraná.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar quero me congratular com Vossa Excelência porque Vossa Excelência está demonstrado na tarde de hoje, que realmente é um estudioso em matéria orçamentária. Vossa Excelência conhece efetivamente a matéria que discute, e Vossa Excelência quando participava do Partido de Oposição, tinha o mesmo espírito público demonstrado na tarde de hoje.

Apenas, é evidente, que por circunstâncias, Vossa Excelência muitas vezes contrariou o ponto de vista da Liderança da Bancada do Governo.

Mas, não quero admitir que não sejam legítimas as emen-

das apresentadas pela nobre Bancada da Oposição, mais precisamente pelo nobre Deputado Nilton Friedrich que encaminhou a justificativa de todas as suas emendas, algumas me pareceram de muito bom senso que podem, evidentemente, serem aproveitadas numa futura proposta orçamentária do Governo. Agora, nós temos que nos fixar é no seguinte ponto: e que elas não foram apresentadas no momento oportuno.

Admito como Vossa Excelência está admitindo, como eu pude depreender do esclarecimento que Vossa Excelência faz à Casa, que nós admitimos como justas, como válidas e como boas as emendas da Oposição. Entretanto, elas deveriam ser apresentadas e eu até vou mais além, numa contra proposta orçamentária por parte da Oposição, para que viesse ao debate na Comissão de Orçamento, para que ali fossem convocados os Secretários das Pastas respectivas e examinassem essas emendas. Porque eu considero muito boas.

Agora, é evidente que no plenário, no dia da votação, elas esbarram, elas se chocam violentamente contra dispositivos constitucionais, como Vossa Excelência bem o afirma. Essa é a razão que leva a nossa bancada a rejeitá-las.

Quanto às contingências, que era exatamente o ponto que eu interrompi o discurso de Vossa Excelência, são as reservas de contingências necessárias a todo o Governo que é previdente. Porque mesmo na prática, é muito difícil prever realidades exatas, para um período exato de doze meses. Impossível garantir obras específicas, num prazo mais longo, sabendo-se que receitas e desembolsos são meras presunções orçamentárias.

Então, essa reserva de contingência, bem demonstra a acuidade, o bom senso do Governo, principalmente do seu Secretário de Planejamento.

Então, as críticas que se fizeram nesta Casa, são 200 mil e 220 metros de estradas asfaltadas. Isso não tem nada demais, isto apenas está fixando uma despesa, que depende de uma receita que é estimada, isto é da técnica orçamentária. Como também, já se disse nesta Casa que o plano de Governo não tinha sido submetido ao crivo do Poder Legislativo. Esquecidos os nobres Deputados, que em 1979 acompanhando o Orçamento Plurianual na Mensagem do Governo, submeteu e esta Casa aprovou, o plano governamental.

Mas, eu não quero ir mais longe e não quero interromper o brilhante raciocínio de Vossa Excelência. Mas, apenas quero contestar aqueles Srs. Deputados que dizem que é inútil um Orçamento. Ele é uma seqüência do funil do planejamento, que se estreita em detalhamento até a final realização financeira do desembolso. Porque o que é importante na execução de uma proposta orçamentária, é exatamente o afunilamento dessa proposta que é na hora do desembolso.

Se não houver receita, não adianta emendas, planos mirabolantes. Então, são esses detalhes que devem ser analisados com muito cuidado numa proposta orçamentária e Vossa Excelência o fez brilhantemente. Agora, admito como válidas as emendas da Oposição, se elas convertidas num contra orçamento repito, viessem à tona no momento exato para discussão plena e objetiva. Agora, a segunda votação de um orçamento, é absolutamente impossível de aceitar.

Eu agradeço a atenção que Vossa Excelência me deu e me parabenizo mais uma vez porque Vossa Excelência realmente estuda a matéria. E isto é o que é importante num Deputado, como já reconheci no nobre Deputado Darcy Deitos, Nilton Friedrich, que realmente são estudiosos dessa matéria. Eles não falam por ouvir dizer. Eles se debruçam, gastam o fosfato, estudam e trazem um trabalho que deve merecer a nossa consideração, desde que na época e no tempo adequado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado Erondy Silvério agradeço os elogios de Vossa Excelência, devo lembrar no entanto que as emendas do Deputado Nilton Friedrich, eu já frizei aqui e volto a frizar que as emendas quase todas já

estão consagrados nos recursos das respectivas atividades. Simplesmente o Deputado está ampliando, capando-os de algum lugar.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de aproveitar, inclusive até respondendo em parte o aparte do líder da maioria.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Desde que não se estabeleça discussão paralela.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas é para poder me posicionar, porque em se dizendo de que este valor é para exatamente a contingência e entendemos claro, o Orçamento nesse recurso de supervisão da Secretaria do Planejamento. E esses recursos de contingência a rigor vão no máximo em 2% do Orçamento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já estão previstos Sr. Deputado. Já estão previstos. Recursos de contingência, o Deputado Erondy Silvério colocou de uma outra forma. Mas a reserva de contingência já está prevista da ordem de 6,5% do Orçamento do Estado. Esta colocação da Secretaria de Planejamento foi para possíveis reforços naqueles programas específicos.

E a reserva de contingência Deputado Nilton Friedrich, sempre foi utilizada e eu tenho comigo, um telegrama da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, do Presidente da Comissão de Orçamento, do PMDB, que repetiu, aliás que eu me atrevi a repetir nesta justificativa exatamente o texto do telegrama. Quando eu coloquei a função — educação, como a que tinha maior participação e disse que a reserva de contingência poderia vir a ser utilizada em pessoal, e este por sua vez a sua maior parte é da educação, eu repeti "ipsis literis" o telegrama e a informação do Presidente da Comissão de Orçamento do Rio Grande do Sul, que é do PMDB. Portanto, essa reserva de contingência em todos os Estados é utilizada exatamente para atender pessoal.

A programação Vossa Excelência tem razão e eu me confesso impossibilitado de responder programa por programa da Secretaria de Planejamento. Não vim com uma procuração do Secretário, me confesso perfeitamente sem condições de responder um programa por programa. Isso é uma matéria infinitamente difícil de se fazer.

O Sr. Nilton Friedrich — Pois é, mas Deputado, me permita concluir o aparte.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu gostaria que Vossa Excelência fosse breve para que eu possa concluir o meu pensamento.

O Sr. Nilton Friedrich — Uma Secretaria de Planejamento deve ter um percentual sobre o total Orçamentário para destinar-se às contingências. Agora o que não entendemos é que além dessa contingência nós temos numa classificação especial cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Mas com enunciados programáticos e objetivos.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas com que objetivos genéricos, programa de apoio ao trabalhador rural, quando há um programa discutido, analisado, sabemos que houve um trabalho longo da EMATER.

O SR. ANTÔNIO FACCI — É para comprar uma cadeira, um arado, isso é impossível.

O Sr. Nilton Friedrich — Não, não é isso não. Há hoje um programa da EMATER, conforme consta da página 574, se não me falha a memória, do Orçamento, de 412 milhões de cruzeiros especificamente para o programa ao trabalhador rural, ao Pequeno Trabalhador Rural. De repente a Secretaria do Planejamento coloca lá 860 milhões de cruzeiros para um programa de apoio ao Pequeno Trabalhador Rural.

Ora, se a Secretaria do Planejamento tem como objetivo a grande orientação das atividades do Governo e já prevê o recurso de contingência porque definir num programa especial que já está lá no seu lugar certo, específico, na sua unidade clara.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deputado, eu vou responder a sua indagação, com uma outra indagação, porque sou obrigado a passar ao Plenário, a esta Casa, a seguinte constatação: Vossa Excelência fazendo ou elaborando a Emenda n.º 6, refere-se nesta emenda a pretensão de incluir no enunciado programático, o código 9.300.16885341.911, que se refere às rodovias alimentadoras fase II BID11, entre as já programadas, as seguintes rodovias: Toledo, São Pedro, Vera Cruz do Oeste; Medianeira, Missal, Santa Helena e Matelândia, Diamante do Oeste. Vera Cruz-Santa Helena, PR-488. Aqui, se observado o mínimo do cuidado legislativo, poder-se-ia discutir com vagar a matéria. Senão vejamos. O Senhor utiliza-se da válvula que o Executivo deixou aberta, : "Trechos a serem definidos" e quem sabe, até para serem definidos por esta Casa.

Foi então criticado porque a verdade. Para incluir obra em sua região de atuação política. Como sugestão, ótimo. Mas o Deputado comete, a meu ver, algumas incoerências. Primeira: as críticas veementes do Sr. Deputado, — e aí independe de atuação partidária, é de que o Executivo encaminha a Proposta Orçamentária, sem maiores detalhamentos. Dificultando a análise pormenorizada deste Poder. No entanto, no que respeita a estradas — e isto é bom que se diga, depois de exaustivos trabalhos desta Casa, pareceres, pronunciamentos, a Proposta Orçamentária, para 81, traz nas páginas 576 a 580, o detalhamento de todas as obras a serem executadas, com os recursos a serem ali alocados.

Com sua nomenclatura própria, tais como: código de rodovia, ligação pretendida, número de quilômetros das mesmas, e de cada uma, citando inclusive com quais recursos.

Segundo incoerência, me desculpe, o Deputado Nilton Friedrich ocupou a tribuna por todo o tempo possível e permitido pelo Regimento Interno, quando da discussão da obtenção do empréstimo externo do Paraná, criticando violentamente, dizendo que referidos recursos, ou são dispensáveis, ou poderiam ser captados internamente. Pois bem, não sei se por falta de observação, ou mesmo porque é diferente ser veemente na tribuna, que programar com seriedade, a pretensão da inclusão, do Plano de Obras do Estado, das rodovias já anunciadas, foram feitas pelo Deputado, no Programa: Rodovias Alimentadoras, fase II BID.2 que dizem ser o enunciado programático.

Executar com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, a segunda fase do programa das rodovias alimentadoras etc.

Logo, se o Deputado Nilton Friedrich estivesse no Governo, também iria contratar empréstimo lá fora para cumprir o seu programa de Governo.

Terei muito prazer em continuar discutindo com o Deputado Nilton Friedrich em outra oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Deputado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão. Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 136/80. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi para falar no encaminhamento de votação, apenas para que os Anais desta Casa registrem, Sr. Presidente, de que teceu-se loás, pela imprensa do Paraná, e loás foram tecidas pelo eminente orador, que ocupou a tribuna, o Deputado Antônio Facci, dizendo, que a verba consignada no Orçamento do Estado do Paraná, para o setor educação, era de 25,4%. Não é verdade. Não é verdade que o Orçamento do Estado do Paraná

que tem 69 bilhões de cruzeiros, na administração centralizada, e 15 na descentralizada, são 84 bilhões. E na própria Proposta Orçamentária diz que a percentagem no setor-educação é de 19,4%, Sr. Presidente, para que os Anais façam justiça, para que não se diga uma irrealdade. E para dizer mais, Sr. Presidente, de que o nosso voto ao Projeto de Lei n.º 136/80 que é o Orçamento Programa de 1981, o nosso voto, Sr. Presidente, é declarado contrário, e que conste da Ata dos trabalhos dia de hoje. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 136/80.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente, serei breve tão somente para aduzir que nós entendemos das emendas propostas, e nesse instante da votação, que poderíamos quebrar aqui talvez esse formalismo exagerado que em todos os setores da vida social do País está se fazendo.

O Governo diz que a UNE não existe, no entanto a UNE está em todo País, é realizando uma eleição nacional agora dia 12; o Governo diz que a greve é ilegal, e o grevista faz a greve e conquista, inclusive, o reajuste semestral de salário, embora o sindicato que foi um dos que ponteeu esta luta, está sob intervenção, e seus dirigentes sob a espada da Lei de Segurança Nacional.

O Governo cria uma série de dispositivos, leis excepcionais, normas autoritárias, textos constitucionais, através de Constituição outorgada, portanto ilegítima, não promulgada, e, aos poucos, a sociedade quebra e rompe estes dispositivos cerceadores do avanço da sociedade brasileira.

Portanto, não é também objetivo nosso voltar a polemizar a questão.

Mas, parece-me que nós poderíamos, em que pese os argumentos já levantados sobre este assunto há pouco, ousar e evidentemente ultrapassar essa barreira até da constitucionalidade. Porque, repito, precisamos fazer isso, precisamos ter a coragem da ousadia e quebrar estas resistências que, dispositivos aí existem, dispositivos que não são da vontade popular, inclusive.

Aliás, não é só exemplo nosso, não é o dia-a-dia da sociedade brasileira que está provando isso: ontem mesmo, o mundo inteiro viu, a Justiça da Polônia romper com a decisão dentro de um próprio Partido, o Partido Comunista Polonês, fazendo com que o Sindicato Livre fizesse e desfizesse. A ousadia de uma justiça em assim proceder.

Como temos visto também em outros aspectos, como no caso de Vladimir Herzog, a ousadia de alguns juízes conseguirem, através de suas decisões, fazer a história voltar aos trilhos do bom senso da própria justiça.

Porisso, Sr. Presidente, concluo este aspecto dizendo que mais inconstitucional do que as nossas emendas, muito pior quanto à inconstitucionalidade das mesmas, é exatamente a dependência que o Poder Legislativo tem, e continua alimentando esta dependência, porque não ousa rompê-la.

Isto é que é efetivamente inconstitucional.

Parece-me que é um dever nosso não abdicar das prerrogativas, embora elas não estejam formalizadas no papel ou no texto constitucional ou ainda nos regulamentos.

Precisamos pois, Sr. Presidente, por um dever, não abdicar das prerrogativas, porque seria, me permita um exemplo, em que uma pessoa quisesse ser torturada, nós criássemos até a norma de torturá-la e continuar torturando.

A prerrogativa precisa ser conquistada aqui e agora.

O triste papel que nós temos hoje, como Parlamentares, precisa ser mudado. É eu repito o que disse antes: ou nós posamos ter esta coragem de somar-se multipartidariamente e fazer esta quebra das resistências contra o Poder Legislativo que existe, ou melhor então, nós irmos para a praia.

Sr. Presidente, tenhamos a coragem de ser livres. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Geremio Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir vênia da Casa, por ter sido mal orientado e mal instruído, no Departamento que instrui a gente na elaboração de emendas, e que não tem especificado.

Mas na justificativa como dizia, o nobre Deputado Antônio Facci, está especificado o que realmente pretendia com a Emenda n.º 1, que aí está. E pretendia inclusive advertir que uma determinada lei estava sendo criada, posta em prática, e que eu considero esta lei injusta. Injusta porque discriminatória, injusta porque cria privilégios, e sempre que se cria privilégios esses, se voltam contra os demais, e prestam desserviços à comunidade e a todos os homens. Mas nós tivemos também oportunidade de ouvir de que essas emendas, são uma lista de boas intenções.

Nós não gostaríamos que ficassem apenas nas intenções, porque o caminho do inferno está calçado de boas intenções. No entanto, não entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como pode algo ser justo, válido e bom, mas não ser legal. Para que então a lei?

Se a lei não serve para promover a justiça, então para que a lei? A lei é a serva da justiça, a justiça é a serva dos homens. Se nós invertermos esta ordem de valores, estaremos realmente andando no caminho ao inferno. Gostaria de dizer ao posicionar-me em nossa emenda, que eu fico com a orientação de Cristo em sua parábola "O Bom Samaritano" quando diz, que a nossa justiça deve ser maior que a dos fariseus que cumprem nos mínimos detalhes, a lei, mas não cumprem com aquilo que é justo, a justiça dele deixa muito a desejar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o Projeto 136/80.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, requeiro a Vossa Excelência que se proceda a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao Sr. 1.º Secretário proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada 43 Srs. Deputados.

A Mesa procederá a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Darcy Deitos.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 136/80, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

29 Srs. Deputados aprovam; 8 rejeitam. — Aprovado, arti-

... artigo por artigo.

A Mesa, face aprovação de requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich e demais Srs. Deputados, procederemos a votação das emendas.

A Mesa esclarece os Srs. Deputados que as emendas com parecer contrário serão votadas de forma inversa.

EMENDA Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

A verba constante do código 0101.0101.12001 quadro de dados informativo código 0101 referente órgão Assembléia Legislativa mesma unidade, passa a integrar o código 010115824952002 setor Encargos com Inativos e Pensionistas da Assembléia Legislativa, visando atender o Setor Salário Família de inativos e pensionistas do IPE.

Sala das Sessões, em 10/09/80.

(a) GERNOTE GILBERTO KIRINUS
Deputado — PMDB

Em votação a Emenda n.º 01. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Eu gostaria que Vossa Excelência fizesse constar da ata que, extamente houve manifestações contrárias e a favor de todas as emendas, não só da primeira.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

EMENDA Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Dois por cento da verba constante do Código 4101.07401831.347, quadro de dados informativos código 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS E SETORES PRIORITÁRIOS, passa a integrar o código 2517.08474832.368.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 02. — Rejeitada.

EMENDA Nº 03
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Quarenta por cento da verba constante do Código 4101.07401831.347, quadro de dados informativos 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS E SETORES PRIORITÁRIOS, passa a integrar o Código 8500.04171032.730, referente ao programa de PRESERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REPOSIÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 03. — Rejeitada.

EMENDA Nº 04
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Quarenta por cento da verba constante do Código 4101.07401831.347, quadro de dados informativos 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS E SETORES PRIORITÁRIOS, passa a integrar o Código 8500.04070212.730, referente ao programa de REFORMA AGRÁRIA.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 04. — Rejeitada.

EMENDA Nº 05
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Quarenta por cento da verba constante do Código 4101.07401831.349, quadro de dados informativos código 4101, referente ao Apoio Integrado ao Pequeno Produtor Rural, passa a integrar o Código ... 8700.04181112.738.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 05. — Rejeitada.

EMENDA Nº 06
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Incluir no Código 9.300.16885341.911, dados informativos 9300, GRUPO V — "Trechos a serem definidos", ou onde couber, as construções pavimentadas das rodovias:

TOLEDO - SÃO PEDRO - VERA CRUZ DO OESTE

MEDIANEIRA - MISSAL - SANTA HELENA
MATELÂNDIA - DIAMANTE DO OESTE -
VERA CRUZ/SANTA HELENA (PR-488).

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 06. — Rejeitada.

EMENDA Nº 07
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Cinco por cento da verba constante do Código 4101.07401831.347, quadro de dados informativos 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS E SETORES PRIORITÁRIOS, passa a integrar o Código 3400.04171052.737.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 07. — Rejeitada.

EMENDA Nº 08
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Cinco por cento da verba constante do Código 4101.07391831.343, quadro de dados informativos n.º 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS ESPECIAIS, REGIONAIS, MUNICIPAIS e INTER-SETORIAIS, passa a integrar o Código ... 3900.11623462.981.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 08. — Rejeitada.

EMENDA Nº 09
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Quinze por cento da verba constante do Código 4101.07391831.346, quadro de dados informativos 4101, referente ao enunciado PROGRAMAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL passa a integrar onde for possível, para ser formado programa especial objetivando desenvolver pesquisa genética, inclusive variedades novas, no setor agrícola, no que diz respeito a pro-

dutos necessários à alimentação, face crises como a do feijão, sendo que uma das causas de sua pouca oferta ao consumo é a inexistência de sementes para plantio.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 09. — Rejeitada.

EMENDA Nº 10
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Uma verba de dois milhões de cruzeiros, do montante constante do Código 4101.07401831.346, quadro de dados 4101, passa a integrar, onde couber, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE TOLEDO.

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 10. — Rejeitada.

EMENDA Nº 11
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Uma verba de seis milhões de cruzeiros, do montante do Código 4101.07391831.346, quadro informativo 4101, PROGRAMAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, passa integrar, onde couber, a destinação de auxiliar a FUNDAÇÃO FACULDADE ARNALDO BUSATO DE TOLEDO (PR).

(a) Dep. NELTON MIGUEL FRIEDRICH

Em votação a Emenda n.º 11. — Rejeitada.

EMENDA Nº 12
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Trinta por cento da verba constante do Código 4101.07391831.346, quadro de dados informativos 4101, referente ao enunciado PROGRAMAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, passa a integrar o Código 2506 e 2507 (ou onde couber).

(aa) NELTON MIGUEL FRIEDRICH
FIORI LUIZ
Deputados

Em votação a Emenda n.º 12. — Rejeitada.

EMENDA Nº 13
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80

Vinte por cento da verba constante no Código 4101.07401831.347, quadro de dados informativos código 4101, referente ao APOIO A PROGRAMAS E SETORES PRIORITÁRIOS, passa a integrar o Código 2700.13090402.577.

(a) NELTON MIGUEL FRIEDRICH
Deputado

Em votação a Emenda n.º 13. — Rejeitada.

EMENDA Nº 14
AO PROJETO DE LEI Nº 136/80
Vinte por cento da verba constante do Código

4101.09551831.348, quadro de dados informativos 4101, referente ao PROGRAMA ESPECIAL PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, passa a integrar, onde couber, PLANO ESPECIAL para desenvolvimento e aplicação do sistema energético de BIOMASSA, no Paraná.

(a) NELTON MIGUEL FRIEDRICH
Deputado

Em votação a Emenda n.º 14. — Rejeitada.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho", com sede e foro no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 44/80, (Mens. Govern. n.º 39/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nas sedes dos referidos municípios, para o exercício de 1980, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 60/80, (Mens. Govern. n.º 62/80), que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados nas datas que especifica, entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos municípios citados. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Vereadora Maria José de Oliveira, ocorrido em Conselho Mayrink. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a prorrogação da duração da presente sessão, por 2 (duas) horas. — Aprovado.

Fica portanto, prorrogada a sessão por mais 2 (duas) horas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelos 20 anos, de promulgação da Lei n.º 3820, que criou os Conselho Federal e Regional de Farmácia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, na qualidade de relator do Projeto de Lei n.º 122/80, e tendo em vista que já existe na Casa o Projeto de Lei n.º 53/78, de idêntico teor, solicita, que o mesmo, após ouvido o Plenário seja anexado ao referido projeto, para posteriormente voltar a Comissão de Constituição e Justiça. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 25/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 60/80. — Aprovado. — Ao Departamento

mento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, submetendo a indicação que faz dos Srs. Deputados Paulo Camargo, Ailton Cordeiro e Nilton Friedrich, para formarem a Comissão de Reforma do Regimento Interno.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que tome providências, dentro do possível, contra a atuação dos empreiteiros no Porto de Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de Delegado Especial para investigar e apurar responsabilidades diante da crescente onda de furtos de gado na Região Noroeste do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o capeamento do asfalto que demanda a entrada do Município de Sertãozinho até o trevo da Rodovia Celso Garcia Cid.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Procurador Chefe Substituto no Estado do Paraná, encarecendo esclarecimentos sobre representação formulada por Nicanor Maciel Cezar contra Luiz Bonatto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo sejam tomadas medidas urgentes, visando solucionar e regularizar o abastecimento de água na sede do Município de São José da Boa Vista.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fideleirino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a ligação de água e esgoto na Rua Arthur Leinig, bairro Mercês.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da Comissão Nacional de Energia, Ministro das Minas e Energia e Presidente da PETROBRÁS, no sentido de viabilizarem a exploração do xisto em termos industriais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, o conteúdo do telex dirigido ao Sr. Ministro dos Transportes, pelo qual os portuários de Paranaguá, apelam no sentido de ser revogada a Portaria n.º 553.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sejam determinados estudos técnicos e sócio-econômicos, visando a implantação de serviço de telefonia rural no Bairro Pinguim, Município de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão

anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o imediato afastamento do Senhor Luiz Bonatto do cargo de Prefeito nomeado para o Município de Medianeira.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que o mesmo tome providências através de mecanismos fiscais e de armazenagem, para assegurar a manutenção de estoques de feijão, especialmente feijão preto, para alimentação dos paranaenses.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em pedido de informações sobre a destinação de áreas para o cultivo da cana e outras plantas previstas no programa nacional do álcool.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, com o apoio dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Diretor Presidente da FAMEPAR, pelos reiterados trabalhos e pronunciamentos em favor da melhoria das condições dos municípios.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor às Professoras Halina Paul, Henrieta Arruda e Wilze Araújo Schaitza, coordenadoras da obra "Cabecinhas Todas Juntas 1980".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao DETRAN, encaminhando expediente da Câmara Municipal de Toledo, contendo solicitação para que seja firmado convênio com a Faculdade do município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção Regional da Rede Ferroviária Federal, encarecendo a restauração do serviço de passageiros, por ora suspenso, de Cianorte para regiões vizinhas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de ser atribuída à Rodovia BR-476, trecho Curitiba-União da Vitória, a denominação "Deputado Domício Scaramella".—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, encaminhando abaixo-assinado dos moradores do "Jardim Social", da Cidade de Prudentópolis.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às autoridades ligadas ao problema do petróleo e do Programa Nacional do Alcool, consubstanciado em sugestões, no sentido de que sejam tomadas medidas destinadas a aliviar os pesados encargos que se abatem sobre as classes de menor rendimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Rio de Janeiro, renovando apelo verbal, por ocasião de sua última visita a Paranaguá, no sentido de que o café para consumo interno, destinado a outros estados, fosse remetido através do Porto de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Emissora de Rádio Operando em FM-São Francisco de Assis, em função de sua recente inauguração em Umuarama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando a implantação e dilação do prazo para pagamento de ICM do mês de dezembro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante de expediente da sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do INCRA, Governador do Estado, Presidente do ITC e Secretário da Justiça, encarecendo urgente medidas, visando colocar fim ao grave conflito possessório existente na localidade de Brasiliana, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 10 e 137/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/80 e de Resolução n.ºs 56 e 57/80.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 143/80 e 152/80.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÃO N.º 53/80

DATA: 10 de novembro de 1980

SÚMULA: Altera os Cargos de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os cargos de provimento em comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral "DAS-4", passam a pertencer à Simbologia "DAS-3".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de novembro de 1980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE